



OE2022

PAICV aceita aumento da dívida interna, mas quer contrapartidas

//6 e 8

ABERTURA DO ANO JUDICIAL

Hernâni Soares
Bastonário da Ordem dos Advogados

“A nossa advocacia também precisa de se modernizar”

//11 a 13



ÓRGÃOS EXTERNOS À ASSEMBLEIA NACIONAL

Negociações adiadas para Janeiro

//4

WALTER BARROS E O PROJECTO BELIEVE

Acreditar, uma solução contra a violência

//14 - 15

C PUBLICAÇÃO

César Monteiro lança livro sobre música cabo-verdiana e Manel d’Novas

//18 - 19

OPINIÃO

ONDINA FERREIRA

Ah! A Boa Escola!...

//10

EDITORIAL



Democracia e eficiência

Humberto Cardoso

Finalmente tomou posse esta segunda-feira o novo ministro do Mar depois de mais de um mês que formalmente o Primeiro-ministro tomou conhecimento do pedido de demissão do cargo apresentado por Paulo Veiga. Na primeira reacção, o PM disse que a nomeação do novo titular ficaria para depois do empossamento do Presidente da República que estava marcado para 9 de Novembro. Nada o obrigava a esperar, considerando que o então PR estava em plena posse dos seus poderes. Se ainda levou mais de três semanas para propor, outras razões terão pesado na decisão, ou indecisão, conforme as interpretações, considerando que acabou simplesmente por entregar a pasta da Economia do Mar ao ministro da Cultura.

O país não ficou realmente surpreso com a solução encontrada porque tem sido a forma standard de operar do actual primeiro-ministro. Não é dado a reais remodelações do governo nem com a mudança de legislatura e nem até agora com a crise pandémica, não obstante o seu impacto sem precedentes ao nível económico e social. Quando surgem vagas no governo por razões de demissão, desaparecimento físico ou desgaste político de vária ordem tende a entregar a pasta a um outro ministro ou faz acréscimos pontuais. Não estranha que a discussão sobre a funcionalidade do governo fique sobre se é “gordo ou magro” visto da perspectiva de quanto o número de titulares do momento estará a pesar nas despesas do Estado. Deixar sem titular durante mais de um mês um sector-chave da economia nacional e depois ir para o que até prova contrária poderá passar a

imagem de ser uma solução de recurso alimenta esse tipo de debate porque fica-se sem saber que objectivos são prioritários e qual é a estratégia que se está a seguir para os atingir.

Com o turismo ainda longe de recuar o seu papel na dinamização da vida nacional, a que se acrescentam as múltiplas incertezas provocadas por surtos de variantes do sars-cov-2 e outros constrangimentos da economia mundial, é cada vez mais clara a necessidade de se proceder à diversificação da economia. O sector da economia do mar é fulcral nesse sentido. Entre as suas várias contribuições permite explorar recursos naturais através da actividade piscatória e aquacultura, aproveitar a geo-localização do país para prestar um leque importante de serviços e via investimentos já feitos na investigação científica, ensino superior e formação profissional capacitar mão-de-obra especializada para demandas nacionais e estrangeiras em vários domínios. Em simultâneo, é também fundamental na criação de condições para se manter a ligação entre as ilhas, unificar o mercado nacional e permitir a certas actividades agro-pecuárias e industriais beneficiar de economias de escala que de outra forma não seriam possíveis. Não é, pois, um sector que em algum momento ou em qualquer questão concreta se queira passar qualquer sinal de descaso, indecisão ou fragilidade.

Particularmente em tempos de crise devia-se procurar transmitir com maior vigor uma imagem de firmeza institucional, de comprometimento com os objectivos definidos e de sentido de Estado e de defesa do bem público. Também devia-se evitar tac-

ticismos político-partidários que só levam a bloqueios e a degradação do discurso político. De outra forma começam a proliferar comportamentos e iniciativas fora do quadro procedimental já estabelecido dos quais ninguém acaba por ganhar, só se criam tensões desnecessárias no sistema político e dá-se azo para futuros conflitos de competências.

Há duas semanas atrás aconteceu que o PM foi com uma delegação de dois ministros apresentar a proposta de orçamento do estado ao PR. Na sequência, o PR fez uma série de contactos junto dos partidos políticos com assento parlamentar, câmaras de comércio e sindicatos ficando a impressão no público que poderia haver dificuldades em passar o OE. Tudo afinal não passou de falso alarme como foi comprovado na sessão do parlamento em que para apoiar a proposta do governo esteve uma maioria sólida. Ninguém beneficiou com os equívocos criados e as iniciativas que bem podiam ser mais úteis noutros momentos, mas no ar e provavelmente na mente de alguns o governo ao longo do processo deixou passar um quê de fragilidade.

Esta segunda-feira, foi a vez do presidente da Assembleia Nacional a encontrar-se com o presidente da república para apresentar a agenda parlamentar. Segundo as declarações do PAN à imprensa foram abordadas várias questões entre as quais a eleição dos órgãos externos à Assembleia Nacional, a questão da segurança do parlamento e “a revisão da Assembleia Nacional para suprir as lacunas, acabar com os excessos que temos no regimento, para que o parlamento possa imprimir maior eficiência e eficácia no seu de-

sempenho”. Tudo isso é no mínimo surpreendente não só pelo insólito como também por não se imaginar que papel o presidente da república poderia ter nessas matérias que são da competência exclusiva do parlamento, um órgão de soberania plural eleito directamente pelo povo. Em Outubro último o parlamento elegeu com a maioria de dois terços dos deputados presentes os membros do Conselho Superior de Defesa Nacional e os membros da comissão de fiscalização dos Serviços de Informação da República. Há, portanto, disponibilidade para colaboração dos grupos parlamentares e nada aparentemente impede que essa vontade que já se manifestou também se estenda para a eleição dos órgãos externos. Certamente que o presidente da Assembleia Nacional pode sozinho pressionar para que isso aconteça o mais cedo possível.

O ambiente de “competências pouco definidas” ou “fluídicas” que parece querer instalar-se nos últimos tempos já se faz sentir também ao nível do poder local. Na Câmara da Praia o presidente num conflito aberto com a maioria dos vereadores entre os quais alguns pertencente à sua lista dá sinal de querer assenhorear-se das competências do órgão executivo colegial, nomeadamente a aprovação da proposta do orçamento municipal a apresentar à assembleia municipal, como estabelece o estatuto dos municípios. Está-se supostamente a contrapor à lei de organização e funcionamento dos municípios a lei das finanças locais que diz que a proposta do orçamento elaborada pelo presidente é submetida à apreciação da Câmara até dia 15 de Setembro numa interpretação que esvazia

de qualquer importância um órgão político colegial directamente eleito, anulando efectivamente o mandato dos eleitos que no caso até representam diferentes partidos.

A última reunião da assembleia municipal que devia ser de discussão e aprovação dessa proposta não se realizou com esse ponto na agenda porque continua o braço de ferro. Aparentemente a AM está a hesitar em seguir o procedimento adoptado durante os trinta anos de poder local democrático em todos os municípios do país que é de se discutir e aprovar o orçamento do município depois de a câmara ter aprovado o projecto de orçamento municipal (art. 92º nº 2, alínea r). Com essa falha procedimental põe-se em causa os equilíbrios do sistema de poder local ao provocar a deslocação excessiva de poder para o presidente da câmara em detrimento dos outros órgãos eleitos e incorre-se no risco de perda de eficácia na actuação pública municipal e de com isso defraudar os eleitores.

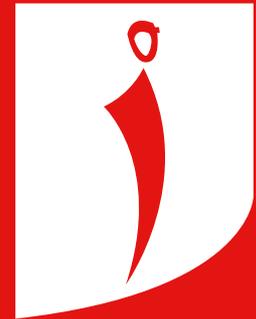
A realidade tem demonstrado que cair na tentação de seguir a via do voluntarismo, da discricionariedade e da unicidade de poder só porque parece dar respostas rápidas e fortes traz custos que todos acabam por pagar e constitui um lastro que impede o desenvolvimento. Há, pois, que manter a aposta no aprofundamento da democracia que implica respeito pela separação de poderes e competências, pluralismo nas deliberações e responsabilização permanente. É ainda o melhor caminho para maior eficiência e eficácia do Estado na vida pública e para se conseguir o almejado desenvolvimento inclusivo.



Ficha Técnica:

Propriedade: Média Comunicações SA // **Director:** Humberto Cardoso // **Director-Adjunto:** António Monteiro
//Redacção Praia: André Amaral, Dulcina Mendes, Jorge Montezinho, Sara Almeida e Sheilla Ribeiro // **Paginação:** Jaime Garcia, Heder Soares
//Colunistas/Colaboradores: Adriana Carvalho, Mário Silva, José Almada Dias, Manuel Brito-Semedo, César Monteiro // **Cartoonista:** Yuran Henrique
Contactos: PBX: 261 98 07 • Fax: 261 98 08/261 96 91 • **Direcção:** 261 98 05 • **Comercial:** 261 98 08/262 27 92 // **E-mail:** jornal@expressodasilhas.cv
Site: www.expressodasilhas.cv • **Sede:** Avenida OUA, N.º 21, ASA, Praia – Cabo Verde • **CP** 666 • **Tiragem:** 3.000 exemplares • **Impressão:** Tipografia Santos

GRUPO IMPAR

IMPAR
seguros

AVISO DE PROVA DE VIDA

A IMPAR Seguros informa a todos os seus pensionistas que o **prazo para a apresentação** da prova anual de vida decorre de **01 a 31 de Dezembro 2021**.

A prova de vida pode ser efetuada:

- a) Presencialmente, mediante a comparência do pensionista no Escritório ou no Representante da IMPAR Seguros da sua zona de Residência, bem como a entrega de uma cópia do Bilhete de Identidade (BI), ou de uma cópia do Cartão Nacional de Identificação (CNI) e ou através da entrega da Certidão Narrativa Integral de Nascimento, nas horas normais de expediente.
- b) À distância, mediante envio por correio registado ou através de terceiro de Certificado de Vida emitido por Cartório Notarial ou por Órgão competente para tal.

A **não apresentação** da prova de vida no prazo indicado implica a suspensão do direito à pensão.



#imparseguros.cv



Órgãos Externos à Assembleia Nacional

Negociações adiadas para Janeiro



Nomeação dos Cargos Externos à Assembleia Nacional devia ser discutida, na Assembleia Nacional, durante o mês de Dezembro. Acordo entre partidos remeteu discussões e nomeações para Janeiro.

André Amaral

Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Agência Reguladora da Comunicação Social (ARC) estão todas com os mandatos expirados e a nomeação de novos gestores deveria acontecer durante este mês de Dezembro.

No entanto, conforme relatou ao Expresso das Ilhas fonte parlamentar, as negociações foram adiadas para o mês de Janeiro após acordo alcançado entre os partidos.

No caso da Comissão Nacional de Protecção de Dados os seus membros tomaram posse no dia 24 de Abril de 2015, por mandato de seis anos, que terminou em Abril deste ano.

Na ARC, Arminda Barros foi eleita presidente do Conselho Regulador, pela Resolução nº138/VIII/2015 de 13 de Julho, para cumprir

um mandato único de seis anos e na CNE o mandato também expirou, como explicou fonte parlamentar, “após as legislativas, mas como não pode haver vacatura do cargo os membros da CNE aceitaram fazer ainda as eleições presidenciais e aguardam agora a sua substituição”.

Remodelações e novas nomeações

Mas há outras situações que deveriam ser discutidas agora em Dezembro e que foram remetidas para o primeiro mês do próximo ano.

No caso do Conselho Superior do Ministério Público a saída de António Semedo para o Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde deixou aquele organismo sem o representante designado pelo governo “e há outros mandatos que vão expirar”, como revelou a mesma fonte parlamentar ao Expresso das Ilhas dando a entender que aquele organis-

mo vai passar por uma remodelação.

António Semedo foi nomeado administrador do Banco Central aquando da entrada de Óscar Santos para o cargo de Governador do BCV.

Depois há o caso do Tribunal Constitucional.

Januária Costa que até 2018 desempenhou as funções de Juiz Suplente do Tribunal Constitucional deixou aquela Corte para assumir funções no Tribunal de Justiça da CEDEAO.

De então para cá o Tribunal Constitucional ainda não viu preenchida aquela vaga.

Em entrevista à Lusa, no passado dia 6, Austelino Correia, Presidente da Assembleia Nacional, explicou, à saída de um encontro de trabalho com o Presidente da República que a questão da eleição dos órgãos externos foi um dos assuntos abordado com o chefe de Estado.

“Como se sabe, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) e a Comissão

Nacional das Eleições (CNE) já estão com mandatos expirados, há necessidade do parlamento e dos grupos parlamentares resolverem esse problema”, pediu.

Questionado sobre o facto de até agora o parlamento não ter elegido o juiz suplente para o Tribunal Constitucional, Austelino Correia apontou que a qualquer momento isso poderá bloquear esse órgão se um dos juizes não puder exercer as suas funções.

Novos cargos

Além destas nomeações, vistas como muito urgentes na casa parlamentar, há ainda os cargos a serem ocupados junto do Tribunal de Contas.

Segundo o que o Expresso das Ilhas apurou, os partidos com assento parlamentar têm igualmente por negociar as nomeações de dois elementos para a Comissão de Prevenção da Corrupção e dos elementos da Comissão de Avaliação e Disciplina do Tribunal de

Contas “que era uma comissão cujos elementos eram nomeados pelos membros daquele tribunal, mas que a partir de agora passarão a ser nomeados pela Assembleia Nacional”.

Todas as nomeações para esses cargos têm de ser negociadas na Assembleia Nacional e a sua aprovação depende de uma maioria de dois terços.

SIR e Conselho Superior de Defesa Nacional

Concluído está já o processo das nomeações de deputados para a Comissão de Fiscalização dos Serviços de Informação da República (SIR) e do Conselho Superior de Defesa Nacional.

No primeiro caso foram nomeados Maria Trigueiros e Francisco Santos, pelo MpD, e Démis Almeida pelo PAICV. Já no caso do Conselho Superior de Defesa Nacional as nomeações recaíram sobre Orlando Dias e Isa Rodrigues, do MpD e Rui Semedo do PAICV.


CVMóvel

RECARGAS DE NATAL



**ESTE ANO, OS PRÊMIOS DE NATAL
DA CVMÓVEL ANDAM DE ILHA EM ILHA!**

FAZ RECARGAS E ENTRA NOS SORTEIOS

PRÊMIOS DIÁRIOS

1 PRÊMIO POR ILHA TODAS AS SEMANAS

GRANDE PRÊMIO FINAL DE 1.200.000\$

Parlamento

PAICV aceita aumento da dívida interna, mas quer contrapartidas

Nem agravamento do IVA, nem subida dos direitos de importação, esta é a linha vermelha para o maior partido da oposição. Em troca, o PAICV aceita um tecto superior para a dívida interna e um saldo primário do orçamento mais flexível. O entendimento político não se afigura fácil e os parceiros internacionais, a começar pelo GAO, já avisaram que a mobilização de receitas domésticas deve ser um pilar fundamental da consolidação da política fiscal. A discussão e votação da Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2022 (discussão na especialidade) começa esta quarta-feira.

Jorge Montezinho

“Há disponibilidade para aumentar o tecto do limite do endividamento interno, mas somos contra o aumento da carga fiscal neste momento”, disse Julião Varela, deputado e secretário-geral do PAICV, ao Expresso das Ilhas, esta segunda-feira. Na terça, Julião Varela reforçou que tudo está agora nas mãos do governo e do grupo parlamentar do MpD. “Recusaram a constituição de uma comissão paritária para fixar um entendimento. Deste modo as propostas serão debatidas na discussão da lei de meios”.

O PAICV tinha apresentado ao grupo parlamentar do MpD uma proposta para constituir uma comissão paritária, que seria constituída pelo PAICV, MpD, UCID e governo para tentar encontrar uma solução que evitasse a subida dos impostos. O grupo parlamentar do MpD não aceitou a proposta, defendendo antes que as propostas devem ser apresentadas em sede da comissão de finanças e orçamento. Uma troca de argumentos, ainda antes da discussão no Parlamento, que começa já a mostrar que o acordo político entre os partidos não será fácil.

Para o Movimento para a



Democracia, as propostas do PAICV deveriam ser apresentadas em sede da comissão especializada para dar tempo ao Governo de as analisar e considerar se as aceita ou não. O líder da bancada parlamentar, João Gomes, sublinhou que as comissões especializadas é que são o local próprio para apresentar essas propostas e que se o PAICV quisesse mesmo que essas sugestões fossem aceites, pelo Governo e pelo MpD, as apresentaria nesse espaço.

“Não basta em cima da hora apresentar uma proposta que pode alterar todo o conteúdo do orçamento, por isso, estando as partes de boa-fé era o local exacto”, disse o deputado do MpD, à margem das jornadas parlamentares que prepararam a discussão que sobe à Assembleia Nacional a partir desta quarta-feira.

O entendimento do PAICV é que essas matérias não devem ser discutidas em sede de comissões, onde normalmente prevalece a lógica partidária.

“Preferíamos sentar-nos à mesa com o ministro das Finanças. Neste momento, o governo não aceita esta solução”, explicou João Baptista Pereira, líder parlamentar do PAICV. O partido opta assim por apresentar as propostas que tem para evitar o agravamento fiscal no próximo ano durante a discussão na especialidade.

Estas propostas passam pela eliminação do artigo 48 da Lei de Meios, que prevê o agravamento da taxa do IVA

de 15 por cento para 17 por cento, e também pela exclusão do artigo 50 da mesma lei, que trata dos direitos de importação e prevê um aumento na ordem de 5% para mais de dois mil produtos.

Em consequência destes cortes, João Baptista Pereira admite que tem de ser dado ao governo os recursos necessários para equilibrar o orçamento. “O governo prevê recorrer a financiamento



Sabia que muitas empresas já emitem **Faturas eletrónicas?**

E que mais de 60% dessas empresas utilizam as soluções PRIMAVERA?

E a sua empresa já aderiu à e-fatura? Entre com toda a confiança na era digital e garanta sempre o cumprimento das obrigações fiscais com um parceiro tecnológico de confiança ao seu lado!

PRIMAVERA, Business Software Solutions!



Avenida OUA, Prédio da Câmara de Comércio de Sotavento (CCS)
Piso -2 - Achada Santo António, Cidade da Praia, Cabo Verde

T (+238) 356 37 73 | comercial_cv@primaverabss.com

interno até 3 por cento para financiar o orçamento, nós propomos que o governo vá até aos 5 por cento. Vamos também propor o aditamento de um artigo na Lei de Meios que visa a suspensão temporária e excepcional das normas que constam do artigo 9 e 14 da Lei de Bases, o que significa que em 2022 o governo fica habilitado a recorrer ao financiamento interno até 5% do PIB e também que o saldo primário global pode ser negativo até 6%. Com isso tiraríamos as condições para haver agravamento fiscal e dávamos recursos ao governo”, disse o líder parlamentar do PAICV.

“Penso que o governo terá de ser coerente”, sublinhou João Baptista Pereira. “Temos as declarações do ministro das finanças que só haveria aumento se o PAICV não viabilizasse a Lei do Orçamento. É isso que estamos a dar. Seria muito difícil compreender que o governo, tendo estas opções, opte pelo agravamento fiscal”.

A alteração da Lei de Base do Orçamento

Os números propostos pelo PAICV vêm ao encontro dos que foram apresentados pelo governo. Para o executivo, o objectivo é ter um enquadramento mais ajustado a cenários de crise (como a Pandemia) e que esteja estabelecido num quadro de maior previsibilidade e estabilidade governamental.

“Isto, para permitir que tenhamos um respaldo legal que vigore dentro da normalidade, mas que preveja situações de excepção e de flexibilidade para os casos em que o Governo possa ter que intervir para além dos parâmetros fixados na actual lei”, explicou o governo.

No fundo, pretende-se que nos casos de recessão económica, catástrofes naturais e sanitárias e choques de origem interna ou externa, como de emergência pública e outros –

com impacto na redução das receitas e/ou no aumento da despesa – seja permitido que o Déficit Orçamental financiado pelos recursos internos possa passar de 3% para 5% (a preço de mercado, e nunca superior aos 5%) e igualmente que o Saldo Corrente Primário possa ser negativo, não ultrapassando o limite dos 6% do PIB.

A mudança da lei exige uma maioria parlamentar reforçada (2/3). Na última semana de Novembro, o parlamento aprovou, na generalidade, a proposta de Orçamento do Estado para 2022, mas apenas com os votos do MpD. Os deputados do PAICV, inviabilizando assim o aumento da dívida interna, pedido pelo governo. Durante o debate, o primeiro-ministro pediu um “sinal” ao PAICV, nomeadamente a abstenção, para que as conversações sobre algumas medidas prosseguissem na especialidade.

Mais tarde, Ulisses Correia e Silva apelidou o voto da oposição como uma “manobra

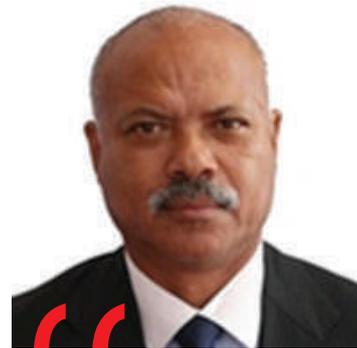
política centrada apenas nas eleições, no voto e no poder. Quando o combate deve ser pela vida, pela economia, pelo emprego e pelo rendimento, porque as pessoas estão a passar mal e sem disponibilizarem recursos ao Estado/Governo para fazer frente a este combate fica mais difícil”.

“O voto contra do PAICV e da UCID significa que não se disponibilizaram para apoiar o País com mais recursos para o combate contra a covid-19 e consideramos de extremamente grave e de falta de vontade política com o combate que apela a todos os cabo-verdianos”, criticou ainda o chefe do governo.

Agora, como referiu o líder da bancada parlamentar do PAICV, o partido está disposto a fazer cedências e espera o mesmo do outro lado. “Sempre dissemos que somos contra alterações para todo o tempo e defendemos uma suspensão pontual para 2022”, disse João Baptista Pereira. “Devemos manter o princípio da sustentabilidade das finanças públicas e de gastar apenas o que temos. O ministro das finanças disse que a dívida pública era uma bomba atómica e não queremos ser nós a despoletá-la. Se no decurso de 2022, o governo implementar as reformas: a reorganização da administração pública, a recapitalização do BCV, repor os recursos do INPS que foram utilizados no layoff, no próximo ano, faremos uma avaliação para ver como se comportou o governo na redução dos custos de funcionamento do Estado e face a isso veremos se vale a pena manter a suspensão da norma da lei de bases do orçamento ou se podemos regressar às condições normais”.

Uma crise prolongada

O impacto e a persistência da pandemia fizeram retroceder os recentes progressos sociais e económicos alcançados pelo país. O PIB contraiu 14,8% em 2020 (15,7% em termos per capita) – a maior contração de sempre no país



Não basta em cima da hora apresentar uma proposta que pode alterar todo o conteúdo do orçamento

**João Gomes,
líder da bancada parlamentar do MpD**

e a segunda maior da África Subsaariana – com a paralisação do sector do turismo.

O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) deverá recuperar gradualmente este ano e em média 6,1% entre 2021 e 2024, estimulado pela retoma progressiva do turismo, dos fluxos de capital e das reformas estruturais. No entanto, as perspectivas permanecem excessivamente incertas. As dúvidas sobre a duração da pandemia, o surgimento de novas variantes do vírus e o ritmo da recuperação global, particularmente na Europa, condicionam as perspectivas económicas. Estes factores poderão adiar ainda mais a retoma do turismo, afectando negativamente a mobilização de receitas, o crescimento económico e contribuindo para o agravamento da situação fiscal e externa em 2022.

Como resultado da crise, em 2020 assistiu-se à reversão da redução do peso da dívida pública. O aumento dos empréstimos externos concessionais e dos emprés-

timos internos em 2020 aumentou a dívida pública para 155 % do PIB. Apesar do risco de sobre-endividamento ser elevado, a dívida pública foi avaliada como sustentável pela última missão do Grupo de Apoio Orçamental (GAO), que terminou no início deste mês.

No comunicado emitido pelo ministério das finanças no final da missão, é também referido que o GAO tomou boa nota da decisão do Governo de apresentar uma proposta de alívio da dívida aos credores externos, com o objectivo de abrir espaço fiscal para apoiar uma recuperação sustentável e inclusiva. Os parceiros comprometeram-se a apoiar os esforços do Governo para que o financiamento do país seja feito por recurso a empréstimos concessionais em 2022 e nos anos seguintes.

Por outro lado, os parceiros não deixaram de avisar que a “mobilização de receitas domésticas deve ser um pilar fundamental da consolidação da política fiscal”, ao mesmo tempo que encorajaram as autoridades cabo-verdianas a relançar a agenda de reforma do Sector Empresarial do Estado, assim que as condições macroeconómicas o permitam.

O Orçamento de Estado para o próximo ano (OE2022) é considerado uma ponte entre quase dois anos de crise e a retoma económica. Tem um valor total de 73 milhões de contos, uma redução de 2% em relação ao de 2021, e tem como prioridades: a resposta sanitária, a recuperação económica, a inclusão social e a sustentabilidade orçamental.

A educação recebe 11 milhões 400 mil contos, cerca de 15,7% do orçamento total. A protecção social terá 10 milhões de contos, 13,8% do total do orçamento. Segurança e ordem pública fica com 5 milhões 720 mil contos, 7,9% do OE. A saúde recebe quase 8 milhões de contos, 11% do OE. A habitação contabiliza 4 milhões 500 mil contos, 6,2% do OE.



Somos contra alterações para todo o tempo e defendemos uma suspensão pontual para 2022

João Baptista Pereira, líder da bancada parlamentar do PAICV

Confirming

Gestão de Pagamentos

PAGAMENTOS NO MOMENTO CERTO.

Receba os seus pagamentos no momento em que mais precisa com o BCN Confirming.

Uma plataforma que lhe permite enviar faturas aos seus clientes, e quando o pagamento for confirmado, pode solicitar ao BCN o adiantamento de parte ou da totalidade do valor de uma ou mais faturas, sempre que precisar.

O adiantamento do pagamento é totalmente online e automático.

Registe a sua empresa em **confirming.bcn.cv** e comece a enviar faturas e a antecipar pagamentos.



Leia este QR Code e descubra todas as vantagens que o BCN Confirming pode trazer para si.



WWW.BCN.CV

AS MÃOS UNEM.



Ah! A Boa Escola!...

ONDINA FERREIRA

Entrando logo no assunto a que hoje me propus, sempre vou dizendo que soube há bem pouco tempo, por um aluno da Escola Portuguesa da Praia, que a referida escola tem na hora actual, cerca de 900 (novecentos alunos) e que possui uma extensa ou igual lista de espera – Quando ouvimos isso, alguém ao meu lado comentou: “*Ainda bem, que estão aí tantos alunos. São eles que irão conservar a Língua portuguesa neste Arquipélago. Bem-haja a escola portuguesa!*”

Fiquei com curiosidade e com vontade de me abeirar da Escola em apreço, para saber, através de dados fiáveis do número de procura de lugares e da proveniência e do perfil socio-económico dos alunos que a frequentam.

E o interessante é que já se distinguem os alunos da escola em referência, pois que na rua, ou quando estão juntos, falam português uns com os outros.

Pensei comigo: “Que contraste! *Ao que chegou a escola pública no meu país! É certo que de há muito, se previa a sua derrocada, mas não na dimensão a que esta se deu. Foi preciso ser implantada entre nós a escola Portuguesa (em boa hora chegou) para se redimir o ensino da Língua portuguesa, nossa de pleno direito, e que era ensinada com precioso cuidado aos nossos alunos há poucas décadas, por professores cabo-verdianos que a dignificavam. Mas hoje, e infelizmente, para mal dos nossos pecados, já nem o professor cabo-verdiano da disciplina, sustenta – com proficiência*

linguística – uma conversação em português. Enfim, uma derrocada gigantesca do ensino público!”

Veio-me à memória – igualmente por contraste – a conversa havida, há já algum tempo, com um antigo Faroleiro do farol de D. Maria Pia da Praia, que ao ser-lhe notado que ele se expressava bem em português, ele respondeu de pronto: “*Minha senhora, eu fiz a 4ª Classe da Instrução Primária, no tempo em que se completava a escola Primária aqui em Cabo Verde, a saber falar, a contar e a escrever em português!*” (Sic).

Pois bem, voltando à escola portuguesa, os pais que podem economicamente e que cuidam dum escolarização de melhor qualidade para os seus descendentes, procuram com afã, um lugar para o filho ou para o neto na Escola Portuguesa. O que está bem. Ninguém condena. Antes, pelo contrário, uma vez que a escola pública em Cabo Verde anda pelas “ruas da amargura” em termos de qualidade de ensino, torna-se infelizmente normal, que esses mesmos pais procurem - entre a oferta escolar - a melhor.

Não possuo dados para definir o perfil das famílias cujos filhos frequentam a referida escola, mas não corro muito o risco de errar se eu disser que elas pertencem à classe social mais instruída e mais capaz financeiramente. O que faz sentido e tem lógica.

Apenas uma nota irónica, (que não belisca e não tem nada a ver com o bem enorme que foi criar-se a Escola Portuguesa nas cidades da Praia e do Mindelo); alguns

desses pais e avós pertencem ao grupo que quer impor o Crioulo nas escolas públicas. Os chamados crioulistas. Numa atitude que alguém já definiu e bem, como de um egoísmo atroz. Ou seja: “eu já domino a Língua portuguesa e os meus filhos e netos vão pelo mesmo caminho. Ponto final. Não quero saber dos outros que frequentam a escola pública. Para estes, basta o Crioulo.” Adivinhem quem são esses “outros”?...

Quando hoje, mais do que nunca, devemos estar todos, e empenhadamente, a defender o ensino desta Língua global (definida pela Unesco) que é nossa também, a Língua portuguesa, e, ao mesmo tempo, defender uma melhor escola pública no país, uma vez que é na escola que os filhos e netos da camada social menos favorecida procura o chamado “elevador social” que lhes trará melhor futuro. É na escola, através da leitura, do escutar o professor, e no decorrer do processo de aprendizagem que o aluno se socializa com a Língua portuguesa, veículo, por excelência, de transmissão de conceitos científicos, tecnológicos, literários e filosóficos, insertos nos programas e nos manuais escolares.

Uma boa escola é fundamental, em todo o percurso de vida da criança, do adolescente e do jovem na sua formação para o trabalho e para a sociedade.

E falando em boa escola e na qualidade do seu ensino, trago à colação, um excerto do livro: «Os Meus Compatriotas» de Luís Valente de Oliveira, editora Gradiva, 2021. O livro,

como o próprio título indica, incide sobre os portugueses enquanto povo antigo e o modo como se adaptam, em contextos e em culturas diferentes. O interessante é o excerto escolhido pois que se refere à educação formal e àquilo que se espera que a escola faça. Um pouco na linha da questão, que deve fazer a escola?

Segundo o autor, a escola deve apelar: “a) *ao conhecimento rigoroso e à análise racional dos problemas, por oposição ao palpito e às imagens impressionísticas; b) à reflexão amadurecida, por oposição à primeira ideia que nos vem à cabeça; c) ao método e à persistência na acção, por oposição à improvisação e à indiferença; d) ao espírito crítico construtivo por oposição à maledicência; e) à cooperação e à generosidade, por oposição ao individualismo egoísta; e) a que vejamos no sucesso alheio um estímulo e não uma fonte de inveja. Propõe-nos, em suma, um código de conduta, um guião para a cidadania responsável. No fundo, para merecermos o bem de viver em democracia e em paz, cabe-nos a todos e a cada um a responsabilidade de sermos cada dia melhores cidadãos.*” Luís Valente de Oliveira OS MEUS COMPATRIOTAS Gradiva, 216 pp. – Fim de transcrição.

Será que nos dias que correm, a escola pública cabo-verdiana, se reconhece em alguma alínea aqui transcrita?

Será que a nossa escola – na pessoa do professor – estará a cuidar do desenvolvimento do raciocínio cognitivo, lógico e

dedutivo do aluno? Que é um dos fundamentos do ensino?

Será que ainda existe entre nós, no sistema de ensino, a inspecção pedagógica para os diferentes níveis do ensino, para se aquilatar *do saber e do saber fazer* do professor?

Será que estamos a criar um fosso social ainda maior?... em quase tudo, semelhante ao que aconteceu no Haiti? Quando os socorristas internacionais (europeus e falando francês) não se entenderam – linguisticamente – com os naturais, na entrega de géneros alimentícios e de medicamentos, aquando do último terramoto? E foi o caos. Porquê? A escola e outros meios de comunicação, do Haiti, por lei nacional, haviam sido desapossados de uma Língua global, o francês. Claro que os haitianos, a minoria com posses, colocou os filhos nas escolas privadas francesas. Em flagrante diferença, a significativa maioria pobre e socialmente desfavorecida, ficou apenas com o “Créolo” haitiano na escola pública.

Não sei se por esta altura, já terão emendado a situação.

Será que é isso que queremos para este nosso Arquipélago pobre e em tudo dependente da ajuda internacional para o seu desenvolvimento?

Custa-me acreditar...

Para onde caminha o ensino em Cabo Verde?

Bem, creio que este meu escrito para “post” já vai longo e cabe-me pôr um ponto final, se não, corro o risco (agora sim) de sequer, ele ser lido pelo leitor do «Blog».

Publicado no <http://coral-vermelho.blogspot.com/>

Hernâni de Oliveira Soares Bastonário da Ordem dos Advogados de Cabo Verde

“A nossa advocacia também precisa de se modernizar”

O Acto Solene da Abertura do Ano Judicial acontece hoje e, para o bastonário da Ordem dos Advogados, deve ser visto como um momento de celebração. Num olhar mais positivo, Hernâni Soares advoga que, sem ignorar as falhas do sistema, é preciso reconhecer os méritos da Justiça cabo-verdiana. Em entrevista ao Expresso das Ilhas, o advogado defende ainda a simplificação dos procedimentos na Justiça e um maior alinhamento das práticas “físicas” com as “virtuais”. A defesa do necessário salto do sistema para o digital é, aliás, tema dominante nesta conversa. No que toca, em concreto, à classe que representa, o bastonário destaca: é fundamental despertar a consciência para a advocacia 4.0.

Entrevistado por Sara Almeida

No ano passado, por esta altura, em entrevista ao Expresso das Ilhas, disse-nos: “Poderia guardar esta entrevista e usar no próximo ano judicial porque nada mudará.” Isso verificou-se ou houve alguma mudança?

Por acaso, não se verificou, o que foi muito bom. Na altura, disse-o em tom provocatório e surtiu algum efeito. Os operadores sentiram-se tocados, e algumas coisas mudaram. Tivemos uma dinâmica no sector da Justiça em que tivemos mais juizes, tivemos mais processos resolvidos, enfim, houve alguma mudança. As mudanças não acontecem todas de uma vez só, mas estamos a ter as mudanças que desejávamos.

Também há cerca de um ano foram instalados os

tribunais das pequenas causas e os tribunais de execução de penas. Fizeram diferença? Que avaliação é que faz desse ano de funcionamento?

Os tribunais de pequenas causas são, de facto, uma boa medida, porque as pequenas causas dominam a actividade dos tribunais. Creio que, certamente, daqui a algum tempo se irá ser um pouco mais ambicioso porque, neste momento, os valores da alçada desses tribunais são valores inferiores a 500 mil escudos. Mas muitas vezes há situações facilmente solucionáveis num tribunal de pequenas causas, independentemente do valor da causa. Ou seja, a ideia é tentar sempre um processo, digamos, menos procedimental, e que consiga ter a sua tramitação mais rápida, e é esse o objectivo dos tribunais de Pequenas Causas.

Foi uma medida que conseguiu “desentupir” outras instâncias?

Sim, uma boa parte [de processos] saiu dos tribunais principais, mas ainda se pode fazer mais. E o país tem de caminhar para a tramitação digital, e também para a revolução digital que acontece na

economia e em outros sectores, para que o processo civil, ou o processo penal, sejam o menos procedimentais possível. O procedimento ou o processo não desaparece, mas é preciso diminuir os caminhos para que os processos se tornem mais rápidos. Tivemos uma recente reforma do Código de Processo

Civil para agilizar o processo civil, o Processo Penal também sofreu alterações, então, todas as reformas, que já vinham do passado, vão trazer benefícios. Mas a meu ver, agora que já se fez essas reformas, é urgente pensar se o que temos, de facto, consegue satisfazer a sociedade cabo-verdiana. Herdámos o nosso processo do regime colonial. O colonizador deixou-nos a maior parte das leis que temos e a matriz. Vamos, por exemplo, assistindo a todos a pedir mais meios, mas mais meios não resolvem. Então, será que o processo que temos neste momento satisfaz? Isso é que é urgente pensar. Deve-se adequar à realidade cabo-verdiana e devemos ter a maleabilidade que se deseja para a celeridade.

Essas alterações recentes ao código de processo civil e de processo penal, não foram suficientemente inovadoras?

Essas alterações são boas, vão-se fazendo... o código de processo civil já mudou algumas vezes nesses vinte anos. Mas será que já se pensou mesmo o processo civil no seu todo? Pensou-se de modo a que não fiquemos com medidas, não digo paliativas, mas medidas de circunstância? A última revisão foi mais profunda, eliminou-se algumas fases, tentou-se criar um maior controlo do juiz para se conseguir chegar mais rápido à fase de audiência de julgamento. O processo civil é muito procedimental, então tenta-se dar uma outra roupagem. Mas é preciso pensar: será que satisfaz, mesmo assim? Porque, re-



pare, eu posso neste momento, no meu computador, fazer uma compra na China. Se a compra corre mal, posso iniciar um processo e, às vezes, num dia o processo já está resolvido. Isso significa que também na vida real – apesar de a compra online também ser real, mas na vida que temos em que não há intervenção da máquina – é preciso essa celebridade. Eu não posso ter mais facilidade em entrar num computador e comprar, por exemplo, uma camisa na China, do que em comprar aqui, em uma loja. Aqui, se a loja disser “não trocamos o produto” vai ser mais complicado. O que é que eu tenho de fazer numa situação dessas? O cidadão tem alguma dificuldade em poder aceder à Justiça. Este exemplo, nomeadamente, é uma pequena causa, mas o cidadão teria de se deslocar ao Tribunal de Pequenas Causas e teria de fazer um requerimento. Não precisaria de advogado, mas em certas situações vemos que o cidadão tem essa dificuldade de fazer um requerimento no tribunal. No computador é mais fácil. Há os modelos pré-feitos, consegues satisfazer o teu pedido rapidamente e a resposta também vem em prazos curtos. É isso que precisamos na nossa vida “física”, aqui na sociedade. Temos de pensar nisso.

Tem havido algumas evoluções gerais a nível da digitalização.

Sim.

Por exemplo, falando em termos de distância e desmaterialização, já se pode fazer os julgamentos em vídeo-conferência. Como vê essa tentativa de trazer a digitalização para o sistema?

Esse é o caminho. Temos que, de facto, digitalizar os tribunais. A sociedade em si tem que se adaptar ao mundo virtual, mas que é real, e nós todos temos que aceitar essas mudanças, que trazem a celeridade que nós queremos. Se você faz um pedido, tem que ser rápido a fazê-lo. Eu defendo que nos processos deve haver um encurtamento [dos prazos], mas

para tal todos, as partes e o próprio tribunal, têm de o respeitar. Neste momento, imagine que pode ter 30 dias úteis para contestar. Quando se tem muito tempo, vai-se também, naturalmente, criando maior dilação e isso também implica que o processo vai ser decidido mais longe no tempo. Então, é necessário que todas as partes respeitem os prazos, para que tenhamos essa celeridade.

Entretanto, essa digitalização de que fala na justiça também está ligada a toda a digitalização que está a acontecer a nível dos registos, do cartório...

Está a acontecer. Se calhar não na velocidade desejável, mas já está a acontecer. Nos serviços que os registos estão a criar já muita coisa foi feita, digitalizada. Hoje já se pode tirar uma certidão no estrangeiro... Faltava essa parte, dos tribunais também conseguem concretizar a reforma que está sendo feita há muitos anos. Se conseguirmos isso, vamos ter ganhos. Um juiz que está aqui na Praia, se depois estiver em São Vicente pode trabalhar o processo. Porque temos também de unificar o país, de certa forma, para que os processos possam ser tramitados onde quer que o cidadão ou o operador judiciário esteja.

Mas a nível dos advogados em específico. Que impacto é que esse caminho para o digital tem no exercício da advocacia?

Algumas coisas vão sendo facilitadas. Já há secretarias dos tribunais que são muito cooperantes, em que se pode, por exemplo, ser notificado via email. Ainda há uma ou outra secretaria que tem relutância, diz “esse requerimento tem que ser enviado pelos correios” ou outra forma, o que não é correcto. Então há um trabalho também a ser feito de sensibilização de todos os operadores. O Conselho Superior [de Magistratura Judicial] também já inovou bastante. Já se pode consultar a pauta de distribuição online, por exemplo, dos tribunais da Relação. Tudo isto traz naturalmente benefícios. Somos um país de ilhas, muitas ilhas. Se alguém estiver na

Ribeira Grande de Santo Antão e quiser, por exemplo, meter um processo no tribunal da Relação de Sotavento, que é na Assomada, onde não conhece ninguém, tem de ter alguma facilidade, e o digital traz isso. Facilmente faz isso, se for disponibilizado o email daquela secretaria, para poder comunicar com o tribunal sem ter que se deslocar.

Falar do mundo digital na Justiça tem de passar pelo Sistema de Informação da Justiça, uma velha conversa. Como a Ordem vê o SIJ e seus problemas de implementação?

O SIJ vem de há muito tempo e quando os projectos demoram muito tempo é sinónimo de que há problemas de várias ordens. Eu não os sei precisar de todo, mas, enfim, foram-se passando imensas coisas, algumas reformas que eram importantes para o SIJ. Também vimos que era preciso uma equipa integralmente dedicada ao projecto. As pessoas que estavam lá deram o máximo, e continuam a dar, mas recentemente até o próprio presidente da comissão de gestão falou dessa necessidade de haver uma equipa totalmente dedicada ao SIJ. Porque isso traz constrangimentos também para ele, enquanto juiz. E deve-se muitas vezes eliminar o preconceito de que tem de ser um juiz a presidir àquela comissão. Não tem que ser nem um advogado, nem um juiz. Tem de ser um gestor para conseguir levar a bom porto esse projecto, que está praticamente quase pronto. Já há comarcas piloto em que se faz algumas coisas, mas é preciso dar corpo e vida ao projecto porque os projectos devem arrancar. No caminho, claro, vão surgindo problemas, mas problemas resolvem-se. Agora, não dar o kick-off é mau. Temos de arrancar.

Um outro projecto, este “físico”, em implementação é o Campus da Justiça na Praia. Que expectativas têm para este investimento? Deverá ajudar a acabar com a morosidade?

Termos serviços unificados é sempre um benefício.



Haverá mais salas de audiência...

Sim, traz eficiência, que é o que se pretende. O tribunal aqui da Praia já se mostra insuficiente para albergar todos os serviços e quando temos serviços muito apertados, isso gera naturalmente um problema de produtividade. Gera ineficiência. Há julgamentos que podem não ser feitos porque não há sala, podem-se perder processos, por exemplo, porque não há espaços condignos para fazer o devido arquivamento. Então, o campus da Justiça que se pretende certamente será muito bom para o sector da Justiça. E deve também ter salas para os advogados poderem conferenciar com os clientes quando estão no tribunal, terem áreas específicas para os serviços de assistência judiciária. Tudo isso poderá ser muito útil para a Justiça aqui na Praia.

A OAC vai mudar-se também para o Campus?

Não. A Ordem não vai, mas nos tribunais deve haver salas condignas para que o advogado possa conferenciar. Se eu for nomeado de urgência para atender alguém e fazer uma defesa oficiosa, e tiver essa necessidade de conferenciar, não deverá ser na sala de audiência

com todos, deve haver alguma privacidade. Aqui no tribunal da Praia há uma sala, mas é uma sala só. Deve haver mais do que uma para se poder fazer isso. Mas tem-se feito esse esforço...

Na página de Facebook da Ordem há um comentário em que é denunciado que os advogados estão a sofrer ameaças, intimidação, e até ofensas físicas. De onde vem esta denúncia?

Há alguns advogados a queixar-se de algum mau tratamento em uma ou outra instância. Não é regra, felizmente. Mas existe um ou outro caso em que os advogados já fizeram queixas contra a polícia, por não haver um tratamento constitucional e digno. O advogado no exercício das suas funções tem o mesmo tratamento que o Procurador, nos termos da lei. O Estatuto da Ordem diz claramente que no exercício das suas funções, ele tem essa mesma dignidade. Mas muitas vezes há um desconhecimento do próprio Estatuto, que é uma lei especial, da Assembleia Nacional, e que dá imensas prerrogativas que devem ser respeitadas. O advogado não está lá como um cidadão qualquer. Está exercendo o direito



pendar por causa das quotas, mas o certo é que até hoje não temos essa decisão, nem do Supremo Tribunal, em que corre um recurso, nem do próprio Tribunal Constitucional, a declarar a constitucionalidade da suspensão por não pagamento de quotas. Enquanto não houver essa declaração, quem não pagar as quotas está infringindo a lei.

Mas temos assistido à continuidade do exercício de advocacia.

Há quem faça isso. Há alguma ineficiência da própria ordem dos advogados que em muitas situações poderia agir cobrando coercivamente as quotas. Todas as ordens profissionais têm uma prerrogativa de emitir uma certidão de dívida e executar. Nós temos tido uma postura de certa forma um pouco branda com os incumpridores, não executando ou, em algumas situações, não denunciando a procuradoria ilícita. Porque se você está suspenso, não pode exercer advocacia, mesmo sendo advogado. Por exemplo, um advogado suspende [a actividade] e vai ser ministro ou director geral de alguma instituição pública, mas de repente sabemos que ele está a exercer advocacia. Ele não deixa de ser advogado, mas está suspenso das suas funções. Se exercer advocacia, estará a cometer um crime de procuradoria ilícita.

Quanto advogados que há neste momento em Cabo Verde?

Em termos de inscritos já passamos os 500 advogados. Em termos de advogados em efectividade de funções, temos à volta de 273. Advogados com quotas em dia, não chega a 200.

O número está adequado à população? É excessivo?

O número de advogados em Cabo Verde já é sinal de alguma preocupação. Cabo Verde tem à volta de 500 mil habitantes, um pouco mais, temos um número de advogados que vai crescendo e não temos um mercado com muitas indústrias, com muito comércio. Então, o número é preocupante. Há muito que se fala na saturação do mercado,

mas esse número traz desafios para a Ordem. Dou-lhe um exemplo aqui perto: Senegal, que tem mais de 15 milhões de habitantes, tem menos de 400 advogados. Portanto, o número que temos preocupa-nos, mas advocacia é uma profissão liberal e a Ordem dos Advogados de Cabo Verde nunca teve *numerus clausus* para admissão. Nunca criou barreiras à entrada em advocacia. Apesar de ser uma coisa que deve merecer preocupação, preocupamo-nos mais com outras questões que é preciso ter em atenção. Quando aumenta o número, vão aumentando os desafios da responsabilidade profissional. É preciso também que a própria advocacia em Cabo Verde comece a mudar e a encarar a advocacia digital. Hoje em dia, já temos máquinas a fazerem contratos, a fazerem *due diligence*, enfim... Então a nossa advocacia também precisa modernizar-se.

Participou recentemente em uma tertúlia cujo tema era precisamente o futuro da advocacia em Cabo Verde. O que saiu dessa conversa, em linhas gerais?

Nesta tertúlia tentamos lançar as bases para que se possa começar a pensar na advocacia digital, que já ganhou espaço. Já temos resolução alternativa de litígios online. Como disse há pouco, já há máquinas que fazem contratos, muito mais rápido, softwares para fazer *due diligence* para grande fusões e aquisições, então nós começamos a pôr o 'bichinho' de os advogados em Cabo Verde começarem também a ver essa nova realidade. Hoje, todos os crimes têm um cunho cibernético, e naturalmente que os advogados têm de acompanhar essa nova tendência, da cibercriminalidade, dos direitos digitais online, a tributação digital, tudo isto. O nosso objectivo é o de despertar essa consciência para a advocacia 4.0. Em alguns sítios já se fala de advocacia 5.0. Portanto, o mundo está evoluindo muito rápido e por isso é que insisto que os processos também devem acompanhar essa revolução digital, sem perder a essência. Não só

em Cabo Verde, mas no mundo inteiro, os sistemas judiciais ainda não acompanham de todo a revolução digital.

Será esse o seu tema no acto solene de abertura do ano judicial, hoje, 8 de Dezembro?

Eu acho que as aberturas são um momento de celebração. Infelizmente, durante muitos anos, têm sido um momento para, de certa forma, "pancadedar" a Justiça. O momento é simbólico, e deve existir, porque marca um arranque. Quando começamos algo de novo há sempre algo de bom que acontece. Eu acho que este ano insistiremos numa visão um pouco mais positiva do sistema. Tentar que olhemos para as coisas boas. As más todas já sabemos, como disse no ano passado, mas vamos olhar também as coisas positivas. A Justiça cabo-verdiana durante muitos anos foi e é ainda motivo de orgulho. Atravessa problemas, todos sabemos...

Temos tido vários protestos...

Não podemos ignorar que há problemas, é incontornável. Mas também não podemos ignorar que temos tido ganhos. Nós confiamos nos nossos operadores: advogados, juizes, procuradores. Temos de confiar. E temos tido bons resultados. Repare que esses problemas são facilmente identificados, mas para a maior parte dos advogados, os seus processos correm o devido processo legal. A maior parte. Todos os advogados têm um ou outro processo que não anda, mas é a excepção. Não podemos tomar a excepção como sendo a regra. Em regra, as coisas passam-se bem. Quando há problemas, temos de os resolver. Não podemos continuar a tê-los. Mas, como dizia, neste ano judicial queremos ter uma abordagem positiva e dar o devido mérito lá onde se deve dar. Às vezes damos muita "pancada". É preciso que aquele momento não seja de "pancada". Eu fui ver os vários anos judiciais, todos os anos, morosidade, morosidade... Vamos começar um novo caminho. Todo o começo é um novo começo. 



É urgente pensar se o que temos de facto consegue satisfazer a sociedade cabo-verdiana

avisados da detenção de um advogado...

Qualquer advogado que é detido deve-se informar a Ordem para que esta possa, ou não, fazer o devido acompanhamento, se houver essa necessidade. Isto é uma prerrogativa que está no Estatuto da Ordem dos Advogados e que alguns operadores judiciários desconhecem, mas o desconhecimento da lei não pode servir de desculpa. Nós fizemos essa chamada de atenção e começaram a cumprir, a dar essa comunicação.

É válido para todos os advogados, mesmo não pertencentes à Ordem?

Todos os advogados em Cabo Verde têm de estar inscritos. Para ser advogado é obrigatória a inscrição. Agora, um advogado que não paga as quotas por decisão própria, nos termos dos Estatutos após 6 meses é notificado para cumprir. Se mesmo assim não paga, pelo Estatuto presume-se que está suspenso das suas funções. Portanto, se exercer advocacia, estará exercendo ilegalmente a profissão. Porque é obrigação legal pagar as quotas à Ordem dos Advogados. Há uma polémica à volta deste tema, fala-se que houve uma decisão judicial que diz que não se pode sus-

a defesa, um direito constitucional, fundamental. Uma ou outra pessoa pode desrespeitar, mas, como eu disse, não é a regra. A regra é que a maior parte dos operadores respeita. Mas ainda temos que ir debatendo e mostrando sempre que "isto é a lei". A Ordem é uma associação pública, não é uma associação privada. É uma associação pública profissional, que representa os profissionais da advocacia e os seus profissionais quando estão no tribunal, quando estão na conservatória, quando estão no cartório ou nas polícias, são autoridade também.

Há uma série de regras. Tivemos um caso conhecido de que vocês não foram

Walter Barros e o projecto Believe

Acreditar, uma solução contra a violência

O Projecto Believe arrancou em 2018. Depois parou. Voltou “em força” há cerca de meio ano e desde então trabalha com mais de 200 crianças da zona de Fundo Cobom/Tira-Chapéu promovendo uma cultura de não violência e toda uma mudança de mentalidade através do Desporto (boxe) e da Arte. Em conversa com o Expresso das Ilhas, Walter Barros, o criador de Believe, fala-nos do projecto e do percurso que levou à sua criação.

Sara Almeida*

Começa cedo. Muito cedo. A exposição a valores, acontecimentos e experiências violentas e “negativas”. Desde pequenos, “vivenciam aquele ciclo. E para além da violência, é música de baixa qualidade, é trabalho de baixa qualidade, é tudo de baixa qualidade”.

O que acontece em vários bairros e zonas da Praia, passa-se também em Fundo Cobom e condiciona toda a vida da comunidade.

Aconteceu no passado, repercutiu-se. Continua a acontecer e continuará, se o ciclo não for quebrado. Ainda não foi. Ainda é a realidade do bairro.

Embora com picos de violência, o cenário estatístico mostra uma aparente melho-



ria de há uns 10 anos para cá. Walter Barros refuta qualquer calmaria. “Houve foi camuflagem, porque as pessoas já não falam. Agora, se uma pessoa leva um caçubodi na comunidade, não se vai queixar, porque sabe que não se faz justiça, que não vai recuperar os seus bens”, conta.

Ademais, qualquer pacificação entre grupo de thugs (como a que aconteceu em 2012) apenas se sustenta por um curto período de tempo. “É temporário porque não há nada que combata isso. Quando os jovens não têm trabalho, não têm nada para fazer, bebem de noite, consomem muita droga, é uma questão de pouco tempo até começar tudo de novo. E se não é pensado nada para combater isso directamente, ou se é só pensado em pôr mais polícia, não funciona”.

Ainda não há muito tempo, foi assassinado em Tira-Chapéu um jovem, por outros jovens. É mais um caso entre muitos de que Walter se lem-

bra. “Isto torna-se uma sociedade doente porque a morte passa a ser ‘normal’. Todas as crianças vêem as mortes, com os seus próprios olhos, idosos vêem as mortes, adultos vêem as mortes, toda a gente olha a morte e deixa de ser novidade. Dentro da comunidade já temos a sensação de que é normal”.

Walter

Foi neste ambiente que há 27 anos nasceu Walter Barros, que temos vindo a citar. É assim desde há muito tempo, e continua. “Essas coisas podem explodir. Não sei aonde podemos parar”.

Walter destacou-se no seu percurso, e não entrou no ciclo. Terá, em grande parte, sido salvo pelo desporto. Aos 12 anos, por iniciativa do pai começou a praticar boxe.

“O meu pai acreditava que eu era muito agressivo e pensava que, se não me colocasse a praticar boxe, eu iria escolher o mesmo caminho que

outras crianças e jovens”. Caminho de droga e tiros.

Sempre fugiu desses problemas. E tinha talento para o boxe. Começou a praticar e não mais parou.

A carreira de pugilista começou a ser trilhada com sucesso. Foi campeão regional e nacional de boxe na época 2014/2015, melhor do ano na gala dessa época, ficou em segundo lugar num campeonato internacional em Angola. Viajou para os Camarões para tentar a qualificação para os Jogos Olímpicos...

Cadeia

Estava em ascensão no desporto. E, depois, tudo terminou. Foi em 2017, numa altura em que se preparava para viajar para Portugal, de onde seguiria para Inglaterra “para jogar boxe profissional”. Mas o envolvimento com uma menor, de 15 anos, mudou o rumo da sua vida. A mãe da menina apresentou queixa, Walter foi preso e passou 5

meses na cadeia (central da Praia).

Ao conhecimento da violência na comunidade, juntou-se então o da violência na prisão. Hoje não tem dúvidas de que a cadeia é uma verdadeira escola do crime e promotora do mesmo. Não só os detidos aprendem a ser mais elaborados nos seus crimes, como vão ganhando “estatuto” e começam mesmo a “mentalizar-se de que são criminosos”. Saem da cadeia, sem oportunidades, nem outras mentalidades. Acabam por regressar, já se sabe. O ciclo perpetua-se.

A passagem pela prisão venceu isso, mas durante os quase seis meses que Walter aí passou algo de positivo também aconteceu.

“Comecei a trabalhar com os outros presos no boxe e vi como o boxe é um elo de mudança de mentalidade, porque quando estás a combater consegues descarregar toda a raiva, frustração da sociedade...” Canalizar energias, transformar o negativo em positivo.

Começou a desenhar-se a ideia do projecto Believe...

Entretanto, saiu, condenado a pagar uma indemnização de 300 contos. Saiu sem nada. A carreira estava arruinada, a namorada da época deixara-o. Teve de recomeçar.

“Consegui trabalhar na restauração, depois comecei a dar aulas [de boxe], arranjei mulher, tive duas filhas, criei a minha própria família”, conta.

Hoje é treinador, à margem dos seus projectos solidários, na Base Fight Club, clube “onde cidadãos comuns aprendem a modalidade, a praticar a autodefesa, ter mais garra no trabalho, ter mais motivação, ter mais saúde”.

Believe

Todo este percurso de vida levou, pois, ao Projecto Believe, que surgiu em 2018,

após a saída de Walter Barros da prisão, mas rapidamente parou.

“Acabei por não dar continuidade porque eu não acreditei em mim mesmo”, conta Walter. Receou o que as pessoas e o sistema pudessem pensar. Achou que não tinha capacidades para fazer o projecto avançar. Precisava de arranjar sustento.

Depois do interregno, há cerca de meio ano, deixou as dúvidas de lado e relançou o projecto em força.

“Já estamos com seis meses a trabalhar o Believe de forma intensiva, com realização de várias actividades, e a fazer muitas outras coisas.”

No total, neste momento, o projecto conta com 10 membro e trabalha com mais de 200 crianças na zona.

No campo desportivo de Tira-Chapéu reúnem crianças de todas as idades (a mais nova tem um ano) que treinam boxe, 3 vezes por semana. Mas nem só do desporto, em que à actividade física se alia, umbilicalmente, mensagem positivas de auto-confiança e não violência, vive Believe.

Há ainda uma forte, dir-se-ia mesmo essencial, aposta na Arte através da qual se tenta incutir os mesmos valores e posturas. Jovens e crianças são visitam a oficina do Believe, e são também incentivados a expressar artisticamente, mormente através da pintura.

E várias outras actividades mais pontuais são também realizadas, geralmente aos fins-de-semana, com o intuito integrado de abrir “horizontes”. Assim, “pegam” nas crianças e tiram-nas do bairro, levando-as a lugares que não conhecem ou que não costumam frequentar. Às vezes lugares tão perto como o recinto da Assembleia Nacional.

Como conseguem, com tantas crianças? “Boa vontade”.

Libertar a mente

“Mostramos que eles têm de ter ambição desde muito cedo, tudo isso é abordado fora das aulas”, explica Walter.



Para o criador do Believe, a mudança de mentalidade passa pois também por conhecer outras coisas. Seja tipos de música que não estão habituados a ouvir (como morna), seja histórias, seja outros lugares e ambientes... libertar das ‘amarras’ dos lugares e comunidades.

Como explica Walter, “os thugs estão presos, de forma mental, e as suas zonas são as que eles consideram ser ‘seguras.’ É lá que eles cometem a violência, magoando as pessoas da pior maneira possível. Mas quando você os encontra em outras zonas, como por exemplo no Plateau, considera que são adolescentes indefesos, porque aí eles não sabem o que fazer...”

Esse ‘abrir horizontes’ é, pois, base importante dos objectivos do projecto. É importante que as crianças vejam esses outros lugares, onde muitas vezes até se sentem constrangidos pelo ambiente “copo leti”, promovendo a auto-estima e libertando-as de estigmas (muitas vezes auto-infligidos).

Reinserção

O projecto Believe tem, além da vertente preventiva, também uma vertente de reinserção social muito forte. Inclusive, alguns dos seus membros são ex-presidiários.

Sobre a questão da reinserção, a comunidade de Fundo do Cobom/Tira-Chapéu assiste ao mesmo que se passa no resto do país: o presidiário sai, é discriminado e, portanto, acaba por juntar-se a outras pessoas que também cometem crimes. Até porque “o ciclo de amizade tem a tendência de repetir...”

É a natureza humana. “Todos, quando saem da prisão querem ser bem-recebidos, ter dinheiro para no mínimo comer e vestir bem. Quando, ao sair, não se deparam com nada disso, começam a roubar”.

Por outro lado, falta também, no entender de Walter Barros, preparação para a saída. Um exemplo que conta é o de uma empresa que recebeu 19 ex-presidiários. Apenas três ficaram a trabalhar.

“O resto não conseguiu reinserir-se na sociedade, porque

para eles não houve uma consciencialização profunda feita antes de sair da prisão”.

Faltaria, pois, trabalhar mentalidade e prestar o apoio necessário.

No Believe toda a gente é bem-vinda. E pretende-se ajudar a essa reinserção na sociedade, a encontrar oportunidades, e a “sentir um ambiente melhor”.

Falta à Associação poder monetário para poder sustentar quem sai da cadeia. Um objectivo seria requalificar, por um certo preço, praças e afins, ou seja, espaços públicos, colocando esses jovens a fazer o trabalho.

“Temos uma oficina que é capaz de consertar bancos, mas não nos foi dada a oportunidade”, conta Walter, garantindo que o Believe já falou com entidades competentes, já apresentou o projecto, já publicitou, já reclamou, enfim, já “tentou de tudo”, para avançar, mas sem sucesso.

Um projecto na calha, que já foi apresentado e aguarda agora luz verde, é a criação de um clube de boxe no Centro Orlando Pantera (onde estão os presos menores de 16 anos).

Os contactos e o próprio trabalho com as crianças já foi iniciado e a receptividade boa. Esta seria uma boa oportunidade para as crianças que estão presas poderem praticar um desporto de que certamente “vão gostar”.

Reconhecimento, mas...

Já muito foi feito pelo Believe neste meio ano, e novas ideias não faltam. Mas, na verdade, não tem havido apoios nem para as actividades, nem sequer para as estruturas necessárias ao seu funcionamento.

Neste momento, essas actividades artísticas (e artesanais) realizadas pelas crianças e pelos membros, são feitas num pequeno espaço que têm alugado. E no passado sábado foi inaugurada a Instituição de Desporto Walter Barros, um pequeno espaço onde se pretende colocar internet e criar outras condições para receber

algumas crianças, evitando que fiquem na rua.

A falta de apoio, no entanto, não será por falta de divulgação. Hoje o projecto Believe é conhecido. Foi notícia na RCV, na TCV, na Inforpress, da DW, na RTP-África, entre outros. Terá antes a ver, entre outros factores, com toda uma cultura de subserviência a linhas de projecto que não se enquadram nos objectivos essenciais (nem são moldados na comunidade), bem como ao facto de muitos “donativos” na verdade não fazer uma diferença estrutural.

“Todas as associações sabem que não há um apoio de verdade. Por exemplo, prefiro não receber apoio de uma instituição que doa dois pares de luvas e considera isso como apoio. Eu sou um pouco radical, porque acredito nas mudanças”, sublinha Walter.

Mas há motivos de regozijo para o projecto Believe.

“Agora está a dar frutos. Quadros que as crianças e jovens pintaram na comunidade já se encontram na Alemanha e vão ser expostos em Berlim”, refere. É uma grande vitória.

O foco, aliás, do trabalho artístico feito no Believe é internacional, uma vez que em Cabo Verde esse não é valorizado. Da experiência que a associação tem, quando as pessoas sabem que as obras foram pintadas por crianças, acham que não valem o dinheiro pedido. Assim, através do contacto com uma cabo-verdiana, Iley Tavares, que há 23 anos vive na Alemanha, conseguiram essa “internacionalização”.

Outro feito é a parceria entre o Believe e a Base Fight Club, onde Walter é treinador e que também “promove luta e eventos com jovens”.

“A empresa vem ao encontro do projecto”. E os jovens podem competir aí, “para poder apresentar a modalidade dentro e fora de país”.

“As pessoas dizem que arrancamos com muito fúria, que temos que acalmar e esperar, mas nós mostramos a nossa capacidade”. E o projecto, acredita, continuará a dar bons frutos.

Com Neidy Pereira (estagiária)

O que representa o novo governo alemão para a União Europeia?

Ao fim de 16 anos aos comandos do futuro da Alemanha, Angela Merkel deixará de ser chanceler esta quarta-feira. Deixa o lugar à disposição de Olaf Scholz, o quarto líder socialista na história do pós-guerra do país.



Sob a batuta do social-democrata Scholz, o novo governo de coligação resulta de uma aliança entre os verdes, o partido liberal democrático (FDP) e o partido social-democrata (SPD).

É a primeira vez que uma «coligação semáforo» - assim designada por causa das cores dos três partidos (o vermelho do SPD, o amarelo do FDP e o verde) - vai governar o país.

Com o fim da era Merkel, o chanceler social-democrata e os aliados de coligação têm grandes desafios pela frente.

Neste momento, há muitas interrogações sobre até que ponto se verificará uma mudança de abordagem da Alemanha em relação às principais questões europeias.

No acordo de coligação firmado esta terça-feira, os partidos falam numa “responsabilidade especial” para servir a Europa, mas ainda está por perceber de que forma é que o continente será servido de modo tão especial

China

Não há como negar que, a cada ano que passa, a ascen-

são da China está a começar a moldar cada vez mais a agenda da política externa de Bruxelas.

A abordagem europeia de Merkel em relação à China foi geralmente pontuada pelo interesse próprio alemão. No entanto, isso pode mudar nos próximos anos.

O chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, descreveu recentemente Pequim como “um concorrente económico e um rival sistémico”, mas também “um parceiro necessário para enfrentar os desafios do século XXI.”

A este propósito, as visões de Berlim e de Bruxelas estão alinhadas, com o acordo de coligação a dizer que as relações da Alemanha com a China devem ser baseadas em “parceria, concorrência e rivalidade sistémica.”

Mas não é assim tão simples, de acordo com o investigador Markus Ziener, bolsheiro do think tank German Marshall Fund (GMF).

“A China é provavelmente uma das principais linhas de conflito no seio do novo governo porque a Alemanha é um país que exporta e impor-

ta muito [para a China] e a relação com a China é essencial para a economia. Do ponto de vista económico, o afastamento da China seria muito mau para a economia,” sublinhou Ziener à Euronews.

Ziener ressaltou que esse é o lado económico, mas que o lado político pode revelar ainda mais tensão.

“Se falarmos de política, penso que veremos uma mudança porque a nova ministra dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Annalena Baerbock, dos verdes, quer seguir a via da diplomacia baseada em valores, o que significa que está a dar mais ênfase aos direitos humanos e a fortalecer as forças da democracia”, lembrou o investigador do GMF.

Rússia, Ucrânia e Nord Stream 2

Outra questão que se levanta é: O que fazer em relação à Rússia?

Há várias questões que continuam por resolver com Moscovo e o presidente Vladimir Putin, mas o problema mais actual encontra-se

na fronteira da Rússia com a Ucrânia.

O reforço de tropas por parte de Moscovo na zona de fronteira provocou um aumento da tensão e colocou a Ucrânia e a Rússia em pé-de-guerra.

O partido social-democrata alemão (SPD) tem adoptado, geralmente, uma linha mais branda em relação à Rússia, mas Markus Ziener referiu que qualquer incursão de Moscovo em território ucraniano seria impossível de ignorar.

“O partido verde apoia muito a Ucrânia. Por isso, se realmente virmos uma acção militar a acontecer nas próximas semanas ou meses, tenho a certeza de que haverá uma linha mais dura em relação à Rússia,” disse o investigador.

“Não importa se os sociais-democratas são mais brandos com a Rússia. Penso que, neste caso, não há outra ma-

neira a não ser ter uma linha mais dura no que diz respeito a sanções”, acrescentou.

O gasoduto Nord Stream 2, destinado a transportar gás natural da Rússia para a Alemanha, é outra questão complicada com que o governo de Scholz terá de lidar.

A Europa quer libertar-se dos combustíveis fósseis, especialmente vindos de fora do continente e ainda mais de países como a Rússia. Mas há quem argumente que o projecto possa ser usado por Putin contra a UE.

“O Nord Stream 2 é essencial para a Alemanha porque a Alemanha está a eliminar o carvão e, ao mesmo tempo, a energia nuclear, o que significa basicamente que temos de preencher a lacuna de energia que existe. Temos de importar gás de outros lugares. Por isso, o Nord Stream 2 é essencial”, ressaltou Ziener.

Alemanha impõe confinamento parcial a não vacinados

O Governo alemão confirmou que um projecto de lei sobre a vacinação obrigatória será submetido ao parlamento, para entrar em vigor em Fevereiro ou marco.

O Governo alemão anunciou na passada quinta-feira um aumento das restrições para pessoas não vacinadas contra a covid-19, impondo-lhes um confinamento parcial e negando-lhes acesso a lojas não essenciais, restaurantes, locais de cultura ou de lazer.

As novas medidas foram tomadas após um encontro entre a chanceler cessante, Angela Merkel, o seu sucessor na liderança do país, Olaf Scholz, e os líderes dos 16 Estados federados alemães (designados como Länder).

O Governo alemão também confirmou que um projecto de lei sobre a vacinação obrigatória, que Scholz apoia, será submetido ao parlamento, para entrar em vigor em Fevereiro ou Março.



Invasão russa da Ucrânia é improvável, mas coloca lógica preocupante da Guerra Fria em acção

IAN BREMMER

A Rússia posicionou quase 100 mil soldados perto de sua fronteira com a Ucrânia nas últimas semanas.

Como se isso não bastasse, o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, disse recentemente que seus serviços de segurança encontraram evidências de um complot contra seu governo com o apoio da Rússia. Afirmou também que um oligarca russo destacado está envolvido nessa conspiração.

Assim, cresce o grau de risco de sua disputa em curso com alguns dos homens mais ricos da Ucrânia, alguns dos quais teriam vínculos estreitos com Moscovo.

Enquanto a Rússia dá uma prova de força, a Ucrânia busca ajuda do Ocidente. O secretário de Estado americano, Antony Blinken, reuniu-se com o chanceler russo, Sergei Lavrov, para adverti-lo que uma agressão russa à Ucrânia provocaria “consequências sérias”. Um relatório de inteligência dos EUA alerta que a Rússia pode estar preparando uma invasão total, e o presidente Biden vai conversar com Putin.

Para reforçar os avisos, os EUA teriam enviado 80 toneladas de munições à Ucrânia. Autoridades europeias expressaram temores igualmente graves. A chefe da UE, Ursula von der Leyen, acena com novas sanções contra a Rússia. A NATO está em alerta máximo. A Rússia atribui todas essas tensões ao governo ucraniano, que, segun-

do funcionários do Kremlin, está adoptando acções ameaçadoras.

O que está acontecendo, afinal? À medida que ele e sua Presidência envelhecem, Vladimir Putin parece ser movido mais que nunca por reflexos desenvolvidos durante a Guerra Fria. Talvez ele calcule que lançar ameaças ao Ocidente possa elevar sua popularidade —pesquisa do Centro Levada, de Moscovo, de Outubro, revelou que a confiança pública russa em Putin caiu para 53%, o nível mais baixo em quase uma década.

Não é uma estratégia política absurda. O aumento mais nítido na sua percentagem de aprovação foi visto após a invasão russa da Crimeia, em 2014. Mais e mais russos podem estar-se cansando da liderança de Putin, mas, confrontados com ameaças do Ocidente, apoiarão o presidente, enxergando-o como a encarnação da força e do poder russos.

Ou quem sabe Putin considere que Ucrânia e NATO estão agindo com agressividade insensata perto das fronteiras da Rússia. A guerra de Zelenski aos oligarcas ucranianos apoiados por Kremlin enfraquece a influência russa na capital ucraniana, e é bem possível que Putin esteja avisando Zelenski para não tentar reforçar sua própria popularidade com agressões perto da região de Donbass, onde separatistas ucranianos apoiados pela Rússia criaram um impasse militar com Kiev.

Ele tem dito que o aumento recente no posicionamento de tropas russas constitui uma resposta directa não apenas a provocações de Kiev mas também a exercícios navais não anunciados da NATO no Mar Negro, não longe da Crimeia. O Kremlin também está irritado com o uso recente feito pela Ucrânia nessa região de drones fornecidos pela Turquia, que integra a NATO. Talvez Putin se sinta encorajado a agir pela alta nos preços do petróleo, que estimulou a economia russa, pelo avanço do gasoduto Nord Stream da Rússia à Europa e pela saída de Angela Merkel, sua adversária de longa data, da liderança alemã.

No entanto, apesar de todas as ameaças insinuadas, dos avisos e das manchetes assustadoras, é muito pouco provável que a Rússia lance uma guerra, invadindo a Ucrânia.

A invasão russa da Crimeia, sete anos atrás, uma resposta à turbulência política em Kiev que forçou o presidente ucraniano pró-Rússia a fugir do país, beneficiou-se muito do elemento da surpresa, uma vantagem da qual o governo de Putin nunca mais vai dispor.

Além disso, a Crimeia era a única parte da Ucrânia onde a maioria dos cidadãos eram russos étnicos, o que garantiu uma acolhida amistosa às forças russas. A região ucraniana de Donbass, que faz fronteira com a Rússia, também inclui uma grande população de russos étnicos.

Moscovo não tem como arcar com o custo de sanções dos EUA e da Europa que inevitavelmente viriam a seguir

Não há nenhum outro território na Ucrânia onde soldados russos serão saudados como libertadores, e o conflito congelado que opõe esses dois países levou dezenas de milhões de ucranianos a se posicionarem permanentemente contra Putin e Moscovo. Assim, qualquer investida para dominar território novo na Ucrânia desencadearia uma guerra que a Rússia ganharia, especialmente porque a NATO não interviria directamente, mas a um custo proibitivo em termos de vidas e dinheiro russos.

Some-se a isso o custo de uma ocupação de longo prazo de terras habitadas por pessoas refratariamente hostis às forças russas. A economia russa enferrujada não tem como arcar com o custo das sanções rigorosas dos EUA e da Europa que inevitavelmente viriam a seguir e se estenderiam a perder de vista.

A despeito de tudo isso, a Ucrânia, a Europa e a administração Biden não podem

dar-se ao luxo de baixar a guarda. Precisam continuar a assinalar que estão em alerta máximo e que qualquer acção russa hostil provocará uma resposta forte. Há uma lógica preocupante da Guerra Fria em acção. Por mais que Kiev e os governos ocidentais temam uma acção russa que possa atraí-los para um conflito penoso, o governo de Putin continua a encarar o futuro da Ucrânia como a questão central da política externa da Rússia.

Assim como Washington é hipervigilante contra esforços de outros países para dotar-se de armas nucleares, Moscovo teme a entrada de mais um de seus vizinhos numa aliança militar ou política com a Europa e a América. O que se aplica a outros vizinhos da Rússia aplica-se especialmente à Ucrânia, uma terra que nos últimos mil anos é um elemento fundamental da ideia russa de império.

O resultado desse medo reflexivo recíproco é que as ameaças podem tornar-se autorrealizáveis, criando um conflito que ninguém deseja. Por enquanto, a guerra permanece distante. Mas ninguém vai respirar tranquilamente enquanto Rússia, Ucrânia e a NATO não encontrarem uma maneira de recuar um passo.

Publicado no Folha de S.Paulo, em 7 de Dezembro, de 2021.

Fundador e presidente da Eurasia Group e colunista da revista Time.



César Monteiro

cabo-verdiana e Manel

Entrevistado por António Monteiro

O que nos quis dizer com o seu novo livro?

Trata-se de um livro que faz uma análise aprofundada tanto quanto possível da música cabo-verdiana, obviamente, da música entendida como uma componente essencial da nossa sociedade, tendo em conta algumas dimensões importantes com realce para a tipificação, evolução e dinâmica da música nacional. Este enquadramento serve precisamente para inserir o compositor Manel d'Novas dentro da música cabo-verdiana. Como sabe, eu já tinha escrito, em 2003, um livro de cunho essencialmente biográfico sobre Manel d'Novas. Desta vez, utilizo Manel d'Novas como pretexto para fazer uma análise crítica e aprofundada da música cabo-verdiana, na sua diversidade e complexidade, mas inserindo o compositor e instrumentista mindelense, em todo o caso, dentro do dinâmico universo musical nacional. Portanto, analiso o universo musical cabo-verdiano, que se caracteriza, basicamente, pela sua heterogeneidade, diversidade e riqueza, e pego precisamente naqueles géneros que eu considero mais importantes, ou mais badalados, não pela ordem de importância. Aliás, no livro faço questão em diferenciar dois conceitos importantes: o de importância social e o de relevância social, precisamente para evitar aquilo que tem vindo a acontecer frequentemente em Cabo Verde que é a discriminação dos géneros musicais, tipificados, habitualmente, em géneros musicais maiores ou menores, superiores e subalternos, porque expressam contextos sociais diferenciados.

Trata-se de um dos estudos “mais abrangentes e profundos” sobre o papel da música na sociedade cabo-verdiana, dividido em dois volumes. O primeiro, *Música e Sociedade Cabo-Verdiana – Múltiplos Olhares Sobre o Perfil e Obra de Manel d'Novas*, é consagrado ao estudo da música cabo-verdiana “e a um dos maiores compositores nacionais de sempre, Manel d'Novas” e será lançado no dia 17 de Dezembro, na Cidade do Porto Novo, Santo Antão. Segue-se Mindelo, dia 20, e Praia, no dia 22. Este primeiro volume aborda ainda diversos géneros musicais cabo-verdianos e coloca a questão se há géneros maiores e menores. Para responder à hipótese levantada no livro, César Monteiro introduz e diferencia dois conceitos essenciais: o de importância social e o de relevância social da música “precisamente para evitar aquilo que tem vindo a acontecer frequentemente em Cabo Verde que é a discriminação dos géneros musicais, tipificados, habitualmente, em géneros musicais maiores ou menores, superiores e subalternos, em razão de determinados contextos sociais”. O especialista em sociologia da cultura e da música conclui que não há géneros musicais maiores e menores, melhores ou piores, porque expressam contextos sociais diferenciados.



nos, em razão de determinados contextos sociais e de certas conveniências ideológicas. No meu entendimento e até que se me prove o contrário, não há géneros musicais maiores e menores, melhores e piores, porque, em última análise, expressam vivências sociais do quotidiano diferenciadas. Há, sim, géneros musicais que têm um percurso invejável e riquíssimo como a morna, todos têm

percursos diferentes, mas todos são géneros musicais, independentemente da sua trajetória, goste-se mais ou menos. Aqui coloca-se-nos a questão da maior ou menor relevância social da música, que varia em função dos contextos sociais.

Qual foi a sua principal preocupação ao escrever este livro?

A minha principal preocupação, neste primeiro volume, foi primeiramente fazer uma análise profunda e crítica da música cabo-verdiana, colocando no centro do debate a figura de um renomado compositor já falecido. O segundo volume, praticamente já concluído, que será editado no próximo ano, assim que as condições financeiras o permitam, debruçar-

-se-á sobre a morna da Ilha de Santiago, entre outras dimensões concretas. Se no primeiro volume da obra de investigação sociológica e etnomusicológica, limito-me a apresentar um quadro macro e aprofundado da música cabo-verdiana, inserindo nele Manel d'Novas como daqueles mais brilhantes compositores, metendo-o aí, já no segundo volume preocupo-me com outras dimensões da música cabo-verdiana como a personalidade do músico, os reflexos da pandemia e, ainda, as perspetivas futuras da música cabo-verdiana.

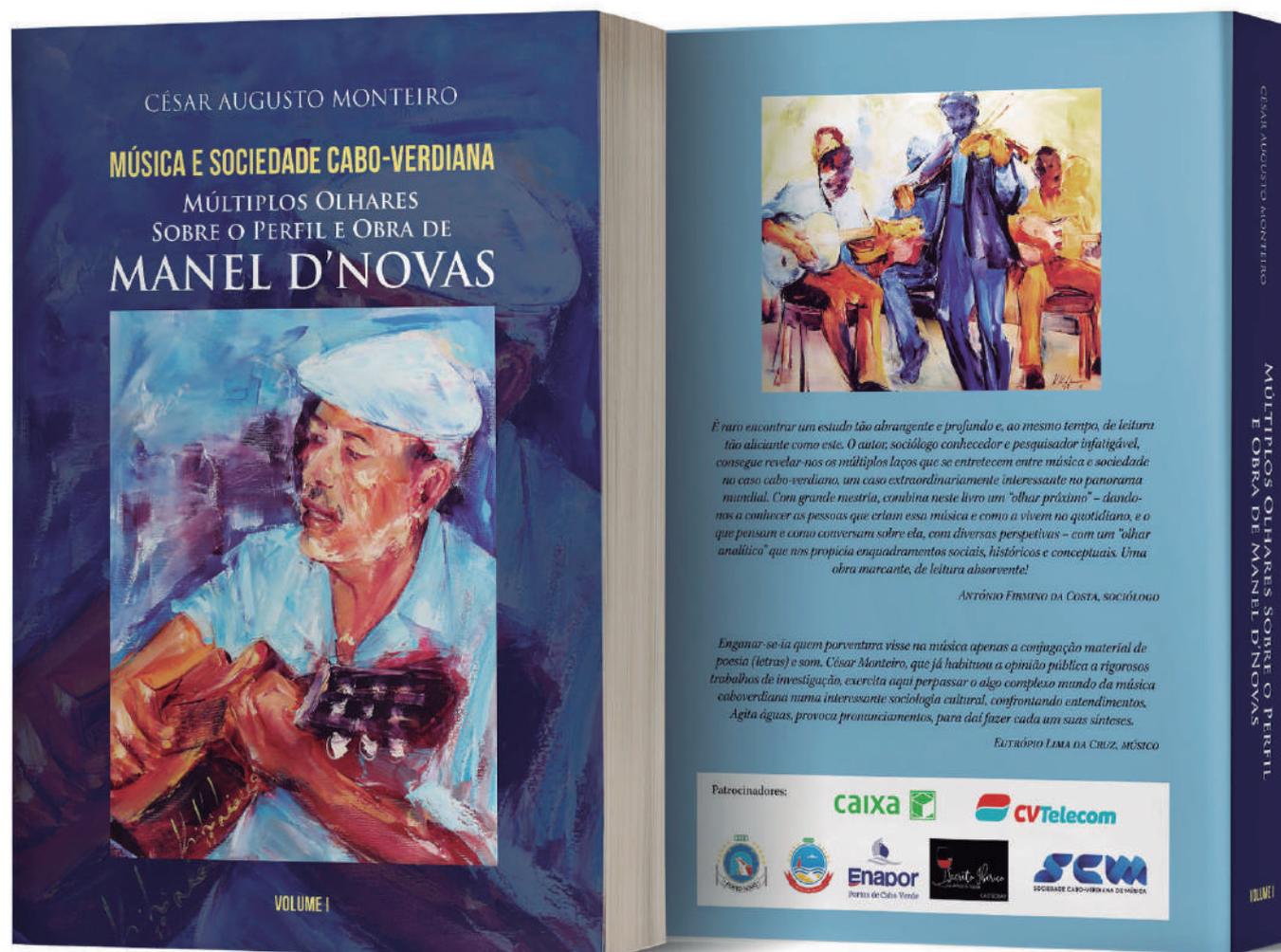
A que conclusões chegou a respeito do legado de Manel d'Novas?

Manel d'Novas deu um contributo enorme para a música cabo-verdiana, servindo de ponte entre as gerações precedentes, a sua geração e as novas gerações. Este livro, é bom dizê-lo, é também virado para a academia, mas quando me refiro à academia não pretendo elitizar o livro. Quero dizer que é um livro feito com rigor científico, utilizando técnicas de investigação qualitativas e análises de conteúdo. O livro tem 792 páginas, quatro grandes par-



Manel d'Novas, dotado de uma extraordinária capacidade de observação da vida quotidiana social que transposta para a música, é o compositor mais completo e mais versátil de todos os compositores cabo-verdianos.

lança livro sobre música d'Novas



“

A relevância social de um género musical tem a ver com o maior ou menor grau da sua aceitação e partilha por uma determinada comunidade musical, em razão do contexto e do gosto.

seja, não há géneros musicais absolutos e acabados, constroem-se todos os dias. Pode-se gostar mais da morna, mas não me parece razoável afirmar, por exemplo, que a morna é o maior género musical cabo-verdiano e os outros não interessam. Os géneros musicais, independentemente da sua aceitação no seio das comunidades e da sua relevância social, devem ser tratados em pé de igualdade e de acordo com o princípio universal da diversidade musical.

Para terminar com Manel d'Novas. Numa escala de 1 a 10 em que lugar colocaria Manel d'Novas enquanto compositor?

Como biógrafo de Manel d'Novas sou suspeito. Sem estabelecer uma hierarquia rígida que subestime os compositores de todas as gerações, coloco Manel d'Novas no topo da escala, sem quaisquer dúvidas

Formulando melhor: quem é para si o melhor compositor cabo-verdiano de todos os tempos?

Colocada assim a questão, diria que Manel d'Novas, dotado de uma extraordinária capacidade de observação da vida quotidiana social que transposta para a música, é o compositor mais completo e mais versátil de todos os compositores cabo-verdianos. **E**

tes e dezassete capítulos bem articulados. Entrevistei 245 pessoas de ambos os sexos, cá de Cabo Verde e da diáspora. Desse universo abrangente e representativo 214 são homens e 31 mulheres de todas as faixas etárias e de todas as categorias profissionais.

Enquanto compositor, Manel de Novas deixou escola?

Aqui há posições que se dividem, ou seja, se ele tem “continuadores” ou não tem “continuadores”. Há quem entenda que Manel d'Novas tenha deixado escola, mas há quem entenda o contrário. Seja como for, hoje há jovens que se orgulham do legado de Manel d'Novas e dão sinais positivos no sentido da continuidade da

linha do poeta-trovador nascido na ilha de Santo Antão. O profundo legado de Manel d'Novas ainda não foi suficientemente estudado. É preciso continuar o compositor multifacetado e versátil, a partir da sua obra. Como investigador da área musical tenho feito aquilo que posso, sem grandes apoios institucionais.

O seu livro estuda diversos géneros musicais cabo-verdianos e coloca a questão se há géneros maiores ou menores. Neste contexto, introduz dois conceitos: o de importância social e o de relevância social. Como se deve entender estes dois conceitos?

São dois conceitos essenciais idênticos que se confundem e se

complementam. Basicamente, a relevância social de um género musical tem a ver com o maior ou menor grau da sua aceitação e partilha por uma determinada comunidade musical, em razão do contexto e do gosto. A morna, por exemplo, é o género musical mais transversal e com maior relevância social tanto nas ilhas como na diáspora. Todavia, há certas comunidades que atribuem maior relevância social a outros géneros musicais regionais do que à morna propriamente dita considerada o género identitário por excelência, por causa, precisamente, do seu vasto percurso. Já o conceito de importância social, tal como vem sendo utilizado, tem-se prestado a alguma discriminação de certos géneros

musicais, porque precisamente permite a construção de uma hierarquia rígida e subjetiva baseada, bastas vezes, em preconceitos. Diferentemente, o conceito etnomusicológico de relevância social adequa-se melhor à realidade musical cabo-verdiana e é mais flexível. Ao defender o conceito de relevâncias social não quero, de forma alguma, rejeitar liminarmente o conceito de importância social, afirmando que ele não exista na música. Não há géneros musicais melhores e piores, há géneros com trajetórias e relevâncias sociais diferentes.

Está a querer meter na discussão um certo relativismo musical.

Sim, neste sentido sim. Ou



1º CENSO DO DESPORTO

“Conhecer para melhor decidir”

No passado dia 12 de Novembro fez-se a apresentação pública do projeto “Censo do Desporto”, o primeiro recenseamento geral do desporto e a principal face da Carta Desportiva Nacional. Ter informações de qualidade é fundamental para a definição de políticas públicas no setor do desporto!

O Governo de Cabo Verde identificou o Desporto como uma das áreas a ser contemplada no Projeto de Harmonização dos Dados Estatísticos da África Ocidental, devido a grande carência de dados que existe neste sector. Para isso, foi criado o projeto “Censo do Desporto”, que vai permitir o levantamento e registo de um conjunto de dados e indicadores estatísticos sobre o desporto nacional, de modo a dotar os gestores do sistema desportivo nacional de informações credíveis e atualizadas, como suporte na tomada de decisões e definição de políticas assertivas para o sector.

Um dos objetivos principais do Instituto do Desporto e da Juventude é dotar o país de uma Carta Desportiva

Nacional, com dados científicos, que permitirão avançar com a elaboração da conta satélite do desporto que, certamente, será um instrumento de grande mais valia para o sector desportivo. Pois, ajudará o IDJ a perceber o impacto económico do desporto e a sua contribuição no PIB nacional e servirá de base ao Governo para definir, com apoio em dados científicos, qual é a fatia do orçamento do Estado que deve ser destinada ao desporto, de modo a garantir a sua sustentabilidade e o seu desenvolvimento.

Também, é um objetivo definido, incluir o Desporto como uma das Plataformas de Desenvolvimento, no âmbito dos Grandes Planos de Desenvolvimento do País. E incluir o Desporto como um sector importante no próximo Plano Estratégico do Desenvolvimento Sustentável (PEDS) e na Agenda de Desenvolvimento 2030. O impacto na sociedade é, como sabemos, enorme, precisamos neste momento é a sua correta mensuração e demonstração, por dados, que o investimento no Desporto deve ser,

também, uma prioridade e tem os seus benefícios claros a nível Desportivo, económico, social, da saúde, de cooperação, a nível de infraestruturização do País, a nível tecnológico e digital e, também, a nível da prática limpa do Desporto no País com ganhos a nível de investigação e posicionar Cabo Verde como um modelo em termos de gestão desportiva no Continente Africano.

Por isso, este projeto que ora se inicia é a concretização do maior desafio do Desporto Nacional, neste momento, e da instituição, na área do Desporto, que procura entender quais as práticas desportivas mais adequadas para o país e as necessidades de infraestruturas e capacidades técnicas para poder intervir de forma a obter resultados bem definidos.

O projeto “Censo do Desporto” é, sem duvidas, um passo decisivo no processo de elaboração da Carta Desportiva e no desenvolvimento do setor, por ser um documento e instrumento fundamental de base para

planificar e desenvolver o desporto de uma forma séria, perene e sustentável.

O foco passa por percebermos bem a dinâmica desportiva nacional, perceber quais os aspetos a melhorar para que possamos tornar o nosso Desporto, a nosso nível, num setor sustentável e que crie mais-valias, perceber como todos os setores de atividade podem, em uníssono, contribuir para o desenvolvimento do Desporto. A mobilização depende de como vemos a dimensão do mercado desportivo em Cabo Verde e sua simbiose com o Mundo, para isso, dados são de suma importância para o podermos apreender de forma assertiva.

O projeto será desenvolvido em duas fases, sendo a primeira de recolha e inventariação dos dados e a segunda destinada à edificação de uma plataforma oficial de dados desportivos em Cabo Verde, que será alojada no site do IDJ, com base digital para consulta pública.

O Censo do Desporto é uma iniciativa do IDJ, em parceria com o Instituto Nacional de Estatísticas, financiada pelo Banco Mundial, através da Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE), e tem como objetivo conhecer e inventariar um conjunto de dados e indicadores estatísticos sobre o desporto nacional, reforçar o conhecimento sobre o desporto (as suas valências e os seus desafios), criar e alimentar as plataformas das federações, associações e clubes desportivos com dados credíveis são outros objetivos do projeto.

Neste momento, todas as parcerias para a sua execução já estão alinhadas, os formulários e os questionários definidos, bem como a sua socialização com os principais intervenientes do projeto, como as Câmaras Municipais, Federações, associações e clubes desportivos, os Ministérios da Educação, Defesa e Turismo.

Após a recolha e inventariação dos dados, todos os agentes desportivos e outros, poderão obter um conhecimento global e detalhada do sector, quanto aos clubes, modalidades, atletas, escalões de formação, níveis dos oficiais de mesa, oficiais de jogos, nível dos monitores, as infraestruturas desportivas existentes e suas condições e onde é necessário realmente investir na construção ou reabilitação de uma infraestrutura desportiva, entre outros dados.

Para o sucesso do projeto, é imprescindível o envolvimento e engajamento das instituições e estruturas privadas do desporto nacional, os fazedores do desporto e as famílias.

Por isso, o IDJ apela ao apoio e en-

gajamento de todos os agentes e intervenientes do desporto nacional e de todos os cabo-verdianos, para o sucesso deste projeto que será fundamental para a assertividade das políticas públicas para o Desporto Nacional. Saiba mais sobre o projeto e participe do inquérito.

O que é o Censo do Desporto?

O projeto Censo do Desporto é uma pesquisa para recolha e inventariação de todos os dados sobre o desporto nacional, a fim de munir os decisores de informações que permitam organizar, estruturar e definir uma metodologia de trabalho no setor desportivo nacional que se pretende cada vez mais evoluído, desenvolvido, inclusivo, competitivo e promotora de impactos positivos na sociedade cabo-verdiana.

Quem realiza o Censo do Desporto?

O Instituto do Desporto e da Juventude, na qualidade do órgão responsável pela gestão de todo o sistema desportivo no país (Decreto-lei nº 25/2020, de 17 de março), apoiado tecnicamente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), enquanto órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) (Lei nº 48/IX/2019, de 18 de fevereiro).

Qual é a importância da sua realização?

O Censo do desporto dotará o país de um manancial de informações e indicadores, referentes a diversos aspetos como os hábitos desportivos dos in-

divíduos, a demanda e o consumo do desporto, infraestruturas desportivas existentes no país, organizações desportivas formalmente constituídas, agentes desportivos, entre muitos outros, uma base fidedigna e fundamental para a compreensão, formulação, seguimento e avaliação de políticas e programas do setor do desporto.

Como será realizado?

A pesquisa será feita em duas vertentes: a primeira incide sobre a recolha de dados junto às famílias, através de um inquérito a uma amostra de 6.740 agregados familiares, sobre a prática desportiva, a procura do desporto, perfil dos praticantes de desporto, entre outros. A segunda vertente será de recolha de dados administrativos junto às organizações desportivas (federações, associações, clubes e escolas de iniciação) e instituições consideradas, por lei, como um subsistema do desporto (Ministério da Educação, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Turismo e as Câmaras Municipais). O Censo inclui, também, um levantamento exaustivo de todas as infraestruturas desportivas do país (pavilhões, polidesportivo, pista de atletismo, ginásios, placas desportivas, entre outros) mediante uma ficha de levantamento de dados.

Onde será realizado?

A recolha de dados será em todo território nacional junto de uma amostra de 6.740 agregados familiares, com representatividade a nível concelhio e, também, em todas as organizações, instituições e infraestruturas desportivas do país.

Quando acontecerá a recolha de dados no terreno?

A recolha de dados terá início a janeiro de 2022 e terá a duração de 1 mês.

Quem deverá responder à entrevista?

Todos os membros residentes nos agregados familiares selecionados, com idade igual ou superior a 6 anos, deverão responder a uma entrevista direta e presencial. Para a recolha de dados junto das organizações e instituições desportivas será enviado um questionário eletrónico a cada um, através de um ponto focal, indicado pela instituição/organização, que também fará o seu preenchimento. A recolha de dados junto das infraestruturas desportivas será feita por um inquiridor devidamente identificado, com o suporte de uma ficha de levantamento eletrónico (Tablet). Com apoio de um mapa de infraestruturas desportivas, identificadas e georreferenciadas em todo o país, durante a operação “Atualização Cartográfica e Pré-recenseamento 2019”, inserido nos *Tablets*, o inquiridor deve dirigir-se a cada uma, localizada no seu concelho de trabalho.

Confidencialidade da Informação

Toda a informação prestada no âmbito desta operação é confidencial e servirá exclusivamente para fins estatísticos. Os representantes dos agregados familiares devem exigir a identificação ao Inquiridor e Supervisor que os contactarem, a fim de estarem seguros no fornecimento dos seus dados.



“BREVEMENTE”



O zika, a malária ou a dengue podem ter os dias contados. Nova super-vacina promete combater doenças transmitidas por mosquitos

A vacina actua ao imitar certas proteínas na saliva dos mosquitos que nos deixam mais susceptíveis a ficar doentes. O método está também a ser usado para o combate à doença de Lyme ou à leishmaniose.

Já foi testada em humanos e ficou comprovado que é segura. Uma nova super-vacina criada com o objectivo de nos proteger contra todas as doenças transmitidas por mosquitos está a mostrar resultados promissores.

A vacina muda a forma como o nosso sistema imunitário responde às picadas e tudo indica que pode reduzir as infecções pelo vírus zika. Concluiu-se também que os mosquitos que picam pessoas vacinadas põem menos ovos.

Quando um mosquito nos pica, segrega saliva que contém uma mistura de proteínas complexa que não só impede a coagulação sanguínea, mas também muda a nossa resposta imunitária de forma a tornar-nos mais susceptíveis às doenças, escreve a New



Scientist, citada pelo site zap.aeiou.pt.

Juntamente com investigadores do Instituto Nacional de Saúde dos EUA, Olga Pleguezuelas, investigadora de uma das empresas que está a trabalhar no desenvolvimento na vacina, desenvolveu uma vacina que contém pro-

teínas sintéticas equivalentes a certas partes das proteínas presentes na saliva dos mosquitos.

Além do zika, a dengue, a febre amarela, a malária, a febre do Nilo Ocidental e o vírus chikungunya estão também na mira da vacina, que pode ser mais eficaz quando com-

binada com outras vacinas dirigidas especificamente a cada uma destas doenças, apesar de algumas destas ainda não terem uma imunização própria.

Uma versão da vacina com quatro proteínas tinha sido testada em humanos este ano, mas além de comprovar que era segura, mais nada mostrou. No entanto, a equipa avançou com novos testes, desta vez com uma proteína extra.

Além disto, desta vez os mosquitos puderam picar alguns dos voluntários semanas depois de terem sido vacinados. Os investigadores descobriram depois que os mosquitos que picaram as pessoas vacinadas morreram mais rápido e puseram menos ovos.

A equipa tentou depois recriar em laboratório o pro-

cesso que estava a acontecer durante a picada ao expor amostras dos voluntários ao vírus zika. Nas amostras dos vacinados, houve uma redução no número de células que o vírus infectou.

“Apesar de não estarmos a atacar o patogénio directamente, o nosso sistema imunitário reconhece a saliva na forma como o estamos a treinar para fazer e isso cria um ambiente hostil para o vírus”, afirma Pleguezuelas, citada pela mesma fonte.

Ainda não há certezas sobre se este método vai reduzir significativamente as infecções fora de laboratório, sendo o próximo passo avançar com mais testes em que os voluntários são deliberadamente infectados com mosquitos que transmitem as doenças.

Leonard, o “Cometa do Natal”, vai passar pela Terra (e iluminar o céu) este mês

Brevemente, o cometa Leonard vai passar perto da Terra – e fazer uma saudação única à sua passagem, iluminando os céus com o seu brilho esverdeado.

O cometa Leonard foi descoberto em Janeiro deste ano, quando se encontrava entre Marte e Júpiter, e os astrónomos da NASA já traçaram a órbita que está a seguir em direcção ao Sol.

Baptizado por alguns astrónomos como “Cometa de Natal”, o corpo celeste irá passar próximo da Terra em meados de Dezembro.

Entre os dias 12 e 14, estará no seu ponto mais próximo da Terra, podendo ser visto antes do nascer do sol – a olho nu, se as condições meteorológi-

cas o permitirem, ou com a ajuda de binóculos ou pequenos telescópios.

Para já, no entanto, os cientistas não conseguem determinar a data exacta em que o Leonard estará mais próximo da Terra, porque a poeira e gás que emana tornam o seu trajecto ainda imprevisível.

“Embora as trajectórias dos cometas sejam sempre difíceis de prever, o Leonard estará visível a olho nu em Dezembro, em quase qualquer parte do mundo”, estima um cientista da NASA citado pela BBC.

Tesla lança telhas solares mais eficientes. Produzem mais 22% de energia do que as mais antigas

Numa tentativa de impulsionar o negócio da energia solar, a fabricante de veículos eléctricos lançou uma nova telha solar que tem uma saída de energia mais alta, mantendo as dimensões da antiga.

A Tesla entrou no negócio de energia quando adquiriu a Solar City em 2016. O objectivo da empresa é fazer a mudança para a energia solar de forma mais elegante, substituindo telhas normais por telhas solares que geram energia, em vez de ter que instalar painéis solares volumosos.

A empresa de Elon Musk, conta o zap.aeiou.pt, oferece uma garantia de 25 anos para as telhas e assume a responsabilidade de ponta a ponta pela instalação do novo telhado solar.

No entanto, a Tesla tem lutado para tornar o seu produto mais competitivo devido às flutuações nos preços, relatou a Electrek. Com variações no design das casas, a empresa considera difícil criar um produto simplificado e até introduziu um factor de complexidade do telhado no início deste ano para determinar as estimativas de custo.

De modo a alcançar uma maior aceitação das suas telhas solares, a empresa lançou agora uma nova telha.

A tecnologia usada na nova telha permite a saída de energia, com esta a permitir o fornecimento de 71,67 watts, enquanto a placa mais antiga atingiu o máximo de 58,5 watts. O tamanho do ladrilho permaneceu inalterado, mesmo quando a saída de energia aumentou 22%.

De acordo com o relatório da Electrek, a Tesla usa dois tipos de telhas nas suas instalações de telhado. Embora não pareçam diferentes quando observadas à distância, um tipo de telha produz energia solar, enquanto a outra não.

Com esta nova telha, a empresa será agora capaz de gerar uma maior produção de energia e, ao mesmo tempo, simplificar o processo de instalação, uma vez que há menos conexões a serem feitas entre as telhas solares. E



HORÓSCOPO

AQUÁRIO
(20 de Janeiro/18 Fevereiro)

Poderias ser um melhor organizador, se de repente e sem razão, não modificasses a trajetória, prejudicando os teus assuntos. Também sob determinados impulsos há tendência à auto-glorificação.

PEIXES
(19 Fevereiro/20 Março)

Bons auspícios natalícios que te impulsionarão os teus projectos. Só falta fazeres a tua parte: um pouco mais de iniciativa e esforço necessário. As tuas relações melhorarão quando tiveres uma ideia clara dos verdadeiros sentimentos.

CARNEIRO
(21 Março/19 Abril)

As coisas poderão demorar-se ou ir mais devagar, mas não importa. A situação é muito estável e tudo o que conseguires será duradouro. Vida sentimental: o amor e o romantismo são ingredientes essenciais para a vida afectiva e impulsão as relações para níveis mais elevados.

TOURO
(20 Abril/20 Maio)

Possibilidade de entrares em contacto com pessoas novas ou diferentes que te abrirão as portas a outros ambientes que supõem melhoria profissional e pessoal. Na vida sentimental poderá surgir algum tipo de obstáculo.

GÉMEOS
(21 Maio/21 Junho)

Passas de um extremo ou outro, submetido às flutuações externas e aos acasos da existência. Quando as forças que actuam sobre teus temas se tornam dominantes e não podes reagir, há tendência de te isolares, recusando qualquer tipo de ajuda externa.

CARANGUEJO
(22 Junho/22 Julho)

Um período de actividade emocional intensa está pautado para este final do ano. Para ti o grande momento chegará antes de Natal. Terás de dizer adeus a uma pessoa que não tem feito outra coisa, senão armar-te ciladas. A partir daí terás que mudar a tua vida para sempre.

LEÃO
(23 Julho/ 22 Agosto)

Nem sempre te acodem os amigos verdadeiros, quicá porque a tua postura não é a mais adequada. Não é que careças de fiabilidade, mas adotas uma atitude dura e cortante que espanta os verdadeiros amigos. Será que queres encobrir a tua insegurança?

VIRGEM
(23 Agosto/22 Setembro)

O excesso de confiança não é bom conselheiro, sobretudo quando se trata de temas económicos. Desfrutarás de uma sensação impar, ao saberes por um amigo que a tua admiração é correspondida. Mas debes proteger-te, actuando com prudência.

BALANÇA
(23 Setembro/ 22 Outubro)

Já estás maduro para um crescimento interior que poderá mudar o rumo da tua vida e de muitos dos teus planos. Sabes que há coisas do teu passado que preferias esquecer, mas há que enfrentá-las, quer queiras, quer não. Procura ir carregando desde já as baterias, porque as festas prometem ser muito movidas.

ESCORPIÃO
(23 Outubro/21 Novembro)

Não te olvides: os amigos podem encontrar-se em todas as situações, não apenas em festas e discotecas. Seja como for: não percas de vista o que se passa à tua volta – parece que um colega se intrometeu no teu coraçãozinho e o sentimento permanece vivo.

SAGITÁRIO
(22 Novembro/21 Dezembro)

Todo o poder astral parece condensar-se nesta quadra para dar intensidade às tuas vivências. Agora pode ser também uma posição perigosa se não for bem gerida. Sobre tudo: a fidelidade e o amor são decisivos para conseguires o desejado.

CAPRICÓRNIO
(22 Dezembro/ 19 Janeiro)

Manténs uma rotina rígida e brusca em todas as tuas relações. É claro que depois te queixas, atribuindo tuas contrariedades à malevolência dos outros. É certo que isso não te tira o sono, devido à tua capacidade para suportar duras condições.

telefones úteis

- BOA VISTA**
Bombeiros 2511141 | Hospital 2511167
Polícia 2511132
- BRAVA**
Bombeiros 2851313 | Hospital 2851130
Polícia 2851132
- Fogo //Mosteiros**
Bombeiros 2831038 | Hospital 2831034
Polícia 2831073
- Fogo //São Filipe**
Bombeiros 2811313 | Hospital 2811130
Polícia 2811132
- Maio**
Bombeiros 2551335 | Hospital 2551130
Polícia 2551132
- Sal**
Bombeiros 2411131 | Hospital 2421130
Polícia 2421132
- Santiago //Calheta**
Bombeiros 2731132 | Hospital 2731130
- Santiago //Praia**
Bombeiros 133
Hospital 130
Polícia 132
- Santiago //Santa Catarina**
Bombeiros 2651307 | Hospital 2651130
Polícia 2651132
- Santiago //São Domingos**
Bombeiros 2681240 | Hospital 2681130
- Santiago //Santa Cruz**
Bombeiros 2691313 | Hospital 2691330
Polícia 2691332
- Santiago //Tarfal**
Bombeiros 2661155 | Hospital 2661130
Polícia 2661132
- Santo Antão //Paul**
Hospital 2231130 | Polícia 2231292
- Santo Antão //Ponta do Sol**
Hospital 2251130 | Polícia 2251132
- Santo Antão //Porto Novo**
Bombeiros 2221223 | Hospital 2221130
Polícia 2221132
- Santo Antão //Ribeira Grande**
Hospital 2251130 | Polícia 2251132
- São Nicolau**
Bombeiros 2361162 | Hospital 2351130
Polícia 2351132
- São Vicente**
Bombeiros 2325231 | Hospital 2327355
Polícia 2314631

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

Praia			São Vicente		
08/12 Farmácia A. S. Filipe	11/12 Farmácia Moderna	14/12 Farmácia Africana	08/12 Farmácia Higiene	11/12 Farmácia Avenida	14/12 Farmácia Higiene
09/12 Farmácia Universal	12/12 Farmácia Central		09/12 Farmácia Jovem	12/12 Farmácia Leão	
10/12 Farmácia 2000	13/12 Farmácia A. S. António		10/12 Farmácia Mindelo	13/12 Farmácia Nena	



Banco de Cabo Verde

As taxas aqui retratadas são as praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
15/11/2021	Taxa Base Anual	1,0066
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
05/11/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
09/11/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
16/11/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
24/11/2021	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
03/12/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
06/12/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
03/09/2021	Bilhetes do Tesouro 90 dias	1,0000
15/10/2021	Obrigações do Tesouro 6 anos	3,0000
19/10/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	2,9375
21/10/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	3,0000
21/10/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	3,0000
21/10/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	3,0000
11/11/2021	Bilhetes do Tesouro 15 dias	1,0000

Taxas de Câmbio de 07-12-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	97,591	97,793
INGLATERRA	GBP	1	129,377	129,680
CANADA	CAD	1	76,306	76,447
SUIÇA	CHF	100	10 579,730	10 592,506
JAPÃO	JPY	100	86,229	86,356
DINAMARCA	DKK	100	1 481,469	1 484,158
NORUEGA	NOK	100	1 069,782	1 072,472
SUÉCIA	SEK	100	1 072,358	1 075,215
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,017	6,219
CHINA	CNY	100	1 531,756	1 531,756
BRASIL	BRL	1	17,186	17,186
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV



GARANTIA

SEGUROS

30 ANOS A SER O ROSTO DA PROTEÇÃO

Certeza. É o que se vê no rosto dos milhares de cabo-verdianos que já aderiram à **seguradora líder** no país.

Juntos, para que a vida não pare.



garantia.cv    

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida. Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. - NIPC e Matrícula 500 918 880, na CRC Lisboa Sede: Largo do Calhariz, 30, 1249-001 Lisboa - Portugal - Capital Social € 457 380 000 - www.fidelidade.pt - Linha de Apoio ao Cliente: T. 808 29 39 49 - E. apoiocliente@fidelidade.pt - Atendimento telefónico personalizado nos dias úteis das 8h às 23h e Sábados das 8h às 20h.

